

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 041

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE MAIO DE 1999
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Algaci Tulio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, realização de Sessão Solene para outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor José Gregori, no dia 20.05.99, às 15 horas.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 201/99, de minha autoria, que tem por objetivo estabelecer critérios para participação de empresas em certame licitatório no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 107/99, de minha autoria, que visa alterar a redação do artigo 2º da Lei 5482/67, que trata de taxa de segurança pública.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão composta por 07 (sete) Deputados, para estudar, analisar e dar parecer conclusivo sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Peritos Independentes contratados pelo DER para Análise das Concessões do Anel de Integração e, tomar outras providências e pareceres que se fizerem necessários.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(aa) DURVAL AMARAL

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento de Adib Saad Said, ocorrido em 10 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos seus familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Senhora Helena Aparecida Teixeira Said, Rua Ângelo Vercesi, 74, CEP: 82.510-470, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Hildo Romanzini, genitor do Doutor Willian Romanzini, Diretor Financeiro deste Poder Legislativo.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Aparecido Scandelai, ex-Vereador por (2) dois mandatos no Município de Santa Fé, e, exercia atualmente o cargo de Diretor da COMCAFÉ.

O referido homem público perdeu a sua vida em acidente automobilístico, ocorrido no dia 7 de maio do corrente ano, deixando viúva e filhos.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de seu Reitor Professor Roberto Merhy, pela passagem do 29º Aniversário de Instalação daquela instituição universitária.

Nestes vinte e nove anos a UEPG tem se destacado não só na região dos Campos Gerais, mas também de todo o Estado do Paraná e Região Sul do Brasil, atraindo estudantes de todos as partes que buscam aprimorar seus conhecimentos e obter uma formação sólida e profissional que os habilite a uma vida adequada e humana participando efetivamente do desenvolvimento sócio - econômico da região.

Elogiável da parte de toda a comunidade o empenho dos governadores e lideranças políticas e sociais do Estado e da Região dos

Campos Gerais que não mediram esforços em dotar a comunidade de uma instituição tão importante e com tantas glórias.

O papel que a UEPG desempenha no desenvolvimento do Estado do Paraná é de todo conhecimento e merecedor de aplausos e também de maiores incentivos e oportunidades.

Sala das Sessões, 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Paranaense de Televisão, na pessoa do seu Presidente, Sr. Francisco Cunha Pereira, pela veiculação gratuita dos comerciais da "Campanha do Cobertor", lançada em data de hoje no Palácio Iguaçu.

Sala das Sessões, 11.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Demonstrando mais uma vez o elevado espírito social com o qual reveste seu trabalho, o Presidente da Rede Paranaense - Canal 12, Dr. Francisco Cunha Pereira, fará de forma gratuita a veiculação da "Campanha do Cobertor", lançada hoje no Palácio Iguaçu, pela Primeira Dama do Estado, Sra. Fany Lerner.

Esta é mais uma iniciativa que se soma às já muitas colaborações que a Rede Paranaense - Canal 12, vem fazendo em prol da sociedade paranaense, especialmente voltadas às comunidades mais carentes.

A Rede Paranaense de Televisão está com esta iniciativa, mais uma vez, fazendo parceria com o Paraná em busca de soluções para os seus muitos problemas. Está, desta forma, fazendo transparecer novamente o espírito altruísta de seu Presidente que não mede esforços para ver nosso Estado em condições melhores de vida.

À Rede Paranaense - Canal 12, ao seu Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira, pela brilhante iniciativa, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tenente Coronel Aramis Linhares Serpa, pela sua posse como Comandante de Policiamento Rodoviário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 11.05.1999, toma posse nesta Capital, no cargo de Comandante de Polícia Rodoviária do Paraná, o Ten. Cel. Aramis Linhares Serpa.

Nascido na Cidade de Mangueirinha/PR em 21 de fevereiro de 1954, é filho de Aristides Linhares Serpa e Aracira Schreiner Serpa. É casado com a Sra. Ivete de Carvalho Linhares Serpa e tem dois filhos: Giordana e Rodrigo.

Ingressou na Polícia Militar como cadete em 1º de março de 1974. Foi declarado Aspirante à Oficial em 16 de dezembro de 1976. De lá para cá, sua jornada foi de muito trabalho e cheia de conquistas. É licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (Jacarezinho/PR) e Bacharel em Direito pela mesma Faculdade. É diplomado pela Academia da Escola Superior de Guerra - ADESG pelo 25º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia. Participou de diversos cursos de aprimoramento profissional, sendo pós-graduado em Administração da Segurança Pública.

Possui as seguintes medalhas: Medalha Policial Militar de Bronze e Prata; Medalha de Mérito Escolar de Ouro (Cel. João Gualberto); Medalha de Mérito Escolar em Bronze (Gal. Carneiro).

Policial Militar dos mais dedicados, já ocupou os seguintes cargos: Comandante do Colégio da Polícia Militar; Professor do Colégio da Polícia Militar; Instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê; Chefe da Seção Técnica da Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Paraná; Comandante do Batalhão de Polícia da Guarda; Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar; Chefe do Estado Maior do Comando de Policiamento do Interior.

Pela sua posse no cargo de Comandante de Polícia Rodoviária do Paraná, cargo que, com certeza, exercerá com sua costumeira dedicação e constante empenho, receba o Ten. Cel. QOPM Aramis Linhares, Serpe, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Silvestre e Eugênia Faldowski, que completa dia 11/05 próximo vindouro, 65 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Jacarandá". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão Plenária, voto de congratulações aos Senhores Pedro Ricardo B. de Miranda, João Manoel Delgado Lucena e Giovani Gionédís, respectivamente, Inspetor Geral de Arrecadação, Diretor da Coordenação da Receita do Estado e Secretário de Estado da Fazenda, pela implantação da Agência de Rendas Virtual.

Requer ainda, que da decisão da Mesa, sejam cientificados os respectivos homenageados, na Av. Vicente Machado, 445, nesta Capital, telefone 222-7522.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Fazenda, numa visão inovadora do Secretário Giovani Gionédís da sua competente equipe da Coordenação da Receita do Estado, dirigida pelo Senhor João Manoel Delgado Lucena e pela Inspetoria Geral de Arrecadação, coordenada pelo Senhor Pedro Ricardo B. de Miranda, implantou a Agência de Rendas Virtual, facilitando a vida do contribuinte, bem como dos profissionais que atuam na área tributária.

A Agência de Rendas Virtual é um programa de computador que possibilitará ao usuário obter serviços e informações junto à Receita Estadual, semelhante aos serviços "home-banking", utilizando uma linha telefônica. A comunicação de dados entre o usuário e a Receita Estadual será feita através de um sistema de caixas postais.

A implantação da Agência de Rendas Virtual possibilitará à Receita Estadual, várias vantagens aos contribuintes, como também à própria Receita.

Ante ao exposto, solicitamos aos nobres Pares, a aprovação desta proposição.

REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Governador do Estado, Jaime Lerner, no sentido de estabelecer

uma Agenda Positiva de seu Governo no Interior do Estado.

Para tanto, justifica em anexo.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil passa por um período crítico de sua economia, fato este que tem gerado dificuldades financeiras para todos os Estados da Federação.

O Estado do Paraná também tem sofrido conse-qüências desse período crítico, diminuindo sensivelmente a arrecadação de seus tributos, com estagnação de setores produtivos, gerando desempregos.

Entretanto, a despeito desse fator negativo, no Interior do Estado há um sensível desenvolvimento do setor produtivo do Estado, ligado a agroindústrias e a indústrias novas que se instalam gradativamente.

As Cooperativas dos Agricultores de Maringá e de Campo Mourão, a COCAMAR e a COAMO, são exemplos dessa assertiva. A COAMO tornou-se modelo na América Latina e está sempre ampliando suas atividades agroindustriais. A COCAMAR, após o programa de sua reestruturação, está em franca expansão de suas atividades agroindustriais, aumentando consideravelmente sua produção, gerando mais empregos no setor.

Em Astorga, por exemplo, instalou-se recentemente uma Fábrica de Cadernos, com geração de centenas de empregos, sendo uma das mais modernas do País. Em Marilena, a Frutex, indústria de polpas de frutas, faz perfeita integração entre os produtores rurais e a indústria, além de fornecer sua produção para indústrias importantes do País, como Kibon e a Danone. Em Cianorte e em Maringá, a indústria do vestuário tem tido considerável expansão e desenvolvimento, gerando muitos empregos no setor. Em Umuarama, a Zaeli, indústria de alimentos, integra produtores rurais e a empresa. Em Paçandu, está em construção e instalação uma indústria de frios e de charques, que trará inúmeros empregos para aquele município.

Em todas essas empresas, e em outras também, fala-se apenas em produção e em expansão da produção.

Embora o Estado do Paraná passe como outros Estados brasileiros, por dificuldades financeiras devido à redução de arrecadação de tributos, tal fator não pode ser preponderante a tal ponto de tolher o Poder Público de enaltecer os pontos positivos da transformação pela qual o Estado do Paraná passa, com esperança de dias melhores para a população.

O Paraná está tendo uma safra recorde na agricultura, com melhoria sensível no comércio, na

exportação, principalmente de grãos e de seus derivados.

O Governo do Estado não pode apenas ser refém de convênios não concretizados ou de pagamentos pendentes, por falta de recursos momentâneos.

É preciso que o Governador Jaime Lerner estabeleça uma Agenda Positiva de visitas ao setor produtivo do Interior, mostrando que no Paraná alternativas são criadas, capazes de gerar riquezas para a economia do Estado, que há empresas prosperando, que a agricultura está melhorando sua produção, sendo fatores de transformação e de desenvolvimento, com possibilidades de geração de mais empregos.

REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Jaime Lerner, ao Senhor Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando estudos e providências necessárias no sentido de promover a concessão de uso da Fazenda “Capão do Cipó”, no Município de Castro, para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a implantação do Núcleo de Estudos Avançados, bem como a instalação dos cursos superiores de Zootecnia e/ou Veterinária e de um centro de treinamento.

É de longa data o anseio da comunidade por cursos e centros de pesquisa e extensão nas áreas de Zootecnia e Veterinária tendo em vista a peculiar vocação da região, inclusive interligando a formação já efetivada através da “Fazenda Escola Capão da Onça” em Ponta Grossa. Certamente, tal iniciativa dotaria a região e o Estado do Paraná de um centro formador de excelência, agregando conhecimentos e experiências às atividades do setor primário.

De imediato a Universidade Estadual de Ponta Grossa, contando com o apoio de outras Entidades Privadas e Públicas vinculadas à área, poderá instituir centros de treinamento e formação para difundir novas tecnologias e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico da região e das comunidades envolvidas.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Giorgio Bampi, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando providências urgentes para a implantação da telefonia celular nos Municípios de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Pranchita, Santa Izabel Do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, Realeza, Ampére, Bela Vista da Caroba e outros do Sudoeste do Paraná.

Requer ainda, que deste requerimento seja dado conhecimento aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras dos Vereadores dos mencionados municípios.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Paraná tem cobrado, insistentemente, o cumprimento do cronograma de instalação da telefonia celular na região.

O que tem preocupado a população e as autoridades, é o fato de não estar havendo ampliação da telefonia convencional, em razão da possível entrada do sistema celular que irá, inclusive, substituir eventuais postos telefônicos.

Saliente-se ainda, o retrocesso da qualidade no sistema telefônico em toda a região, hoje comprometido em seu funcionamento por qualquer chuva ou outra intempérie.

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, REQUER à Mesa Executiva desta Casa Legislativa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Paulinho Dalmaz, requerendo sejam tomadas providências urgentes quanto à necessidade de serem efetuadas melhorias, tais como: operação "tapa-buracos", recapeamento e pintura de faixas de sinalização, no leito das seguintes rodovias: BR 158, trecho que liga Pato Branco a Coronel Vivida; BR 373, trecho que liga Coronel Vivida à BR 277 (Três Pinheiros); PR 281 e 182, trechos que ligam Dois Vizinhos a Chopinzinho e Chopinzinho à BR 373; e PR 469, trecho que liga Dois Vizinhos a Pato Branco.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se na medida em que mencionadas rodovias, especialmente as PR-281, 182 e 469, situadas na região Sudoeste do Estado, encontram-se em precárias condições de tráfego, praticamente inexistindo qualquer espécie de sinalização e com a presença de inúmeros buracos, o que causa sério transtorno e

riscos aos condutores de veículos que por ali necessitam trafegar.

Vale lembrar que essas rodovias fazem a ligação da região com a Capital do Estado e principalmente com o Porto de Paranaguá, sendo portanto o caminho para o transporte da safra agrícola do Sudoeste e dos produtos industrializados na região, ocasionando assim a passagem de um grande número de caminhões de carga, além do tráfego normal de outros veículos.

Devemos citar ainda que naquelas rodovias estaduais não existem áreas de refúgio ou acostamento, o que dificulta ainda mais o tráfego, principalmente com a sinalização apagada ou inexistente, especialmente à noite ou em dias chuvosos.

Por tudo isso, as providências aqui solicitadas são em caráter de urgência. Contamos com a aprovação do presente requerimento e com a atenção e atendimento por parte dos órgãos direcionados.

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Senhor Irian José da Motta Santos, residente à Av. Curitiba, nº 01 - Jardim Valma, que pede a troca de lâmpadas queimadas dos postes existentes nesta avenida, em toda a sua extensão há 06 (seis) meses. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 378-3802.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Maria Olívia Borges, residente à Rua Castro, 269 - Jardim Cruzeiro, que solicita que os lixeiros que passam neste bairros às terças e quinta-feiras às 21:00 horas, levem o lixo neste horário, e não como vêm fazendo atualmente.

Segundo ela, os lixeiros retiram o lixo dos cestos, colocam-o num determinado local e só retornam às 03:00 horas da madrugada para apanhá-lo. Nesse intervalo de tempo, os cachorros espalham o lixo pelas ruas, deixando o local em péssimas condições.

Afirma a Senhora Maria Olívia que dias atrás, às 03:00 horas da madrugada, até cavalo ela preci-

sou espantar para que o mesmo se afastasse do local em que estava o lixo.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-7360.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua N, nº 141 - Vila Marisa - CIC, devido a existência neste endereço de uma casa abandonada, e que está sendo utilizada por usuários de drogas.

Os moradores do local encontram-se com medo e inseguros, uma vez que o local tornou-se perigoso e temem por algum acontecimento mais grave que possa vir a ocorrer, motivo de tal reivindicação. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido da Senhora Rose da Silva Farias, a qual pede que seja colocado mais um ônibus na linha São Gabriel, no final de semana.

Atualmente o horário é de hora em hora, dificultando muito para os usuários. Com um carro a mais, o problema se resolverá e beneficiará a todos os usuários.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 763-4089.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a recuperação de um trecho da Rodovia PR-477, que

se encontra danificado, sem condições de tráfego, bem como, que se proceda à poda de algumas árvores, às margens da citada rodovia, devido ao perigo que elas estão representando os que trafegam naquele local.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça, solicitando providências para a agilização no repasse dos recursos relativos ao Programa Pró-Egresso, às Faculdades, Universidades e outras entidades civis conveniadas.

Do requerido solicita-se seja enviada cópia as partes interessadas.

Sala das Sessões, em 11.05.99

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Quando o Estado pune com pena de restrição da liberdade, assume implicitamente responsabilidades que vão desde a alimentação do detento batalizador a eficiência ou não de nosso Sistema Correcional. O mais grave é quando parte destas responsabilidades são transferidas a outras entidades e falha o poder público no cumprimento daquilo com o que se comprometeu, porque então estará falhando com o cidadão e com a entidade que nada tinha a ver com o processo a não ser o desejo de colaborar.

Os valores acordados são insignificantes e quando não pagos mostram a total e absoluta falta de responsabilidade, indiferença e abandono com os problemas sociais.

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, considerando que o Estado do Paraná tem o privilégio de contar com a Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, que tem por missão implementar a distribuição de gás no território paranaense, da qual a Petrobrás Distribuidora - BR é sócia; considerando, ainda, que no momento se procedem mudanças nos quadros dirigentes do sistema PETROBRÁS e que cabe à Petrobras Distribuidora a indicação do Diretor Técnico Comercial da COMPAGÁS, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rodolpho Tourinho Neto, Ministro de Minas e Energia, solicitando ao Senhor Ministro,

que, também, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da PETROBRÁS, proceder mudança no cargo de Diretor Técnico Comercial da COMPAGÁS e que seja ouvida a Bancada Federal do Paranaense do Partido da Frente Liberal (PFL), a qual saberá sugerir nomes, para ocupar tão importante cargo, de pessoas com comprovada experiência e mais afinadas com os propósitos e objetivos, tanto da PETROBRÁS, como, também, do Estado do Paraná, no que se refere à distribuição de gás natural.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(aa) NELSON GARCIA
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado Fazenda, Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, solicitando informações sobre valores constantes do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 1998, publicados no Diário Oficial do Estado do dia 30 de abril de 1999, conforme é detalhado a seguir:

a - Qual parcela referente à dívida ativa - código 1930.0000, bem como a referente a multas e juros de mora, refere-se à arrecadação do ICMS?

b - Qual valor referente às receitas acima foi transferido aos municípios?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ANTONIO ANNIBELLI e CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, solicitando informações com a relação dos beneficiários de sentenças judiciais que receberam pagamentos em 1998, código 4490.9100, e respectivos valores conforme consta do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 1998, publicados no Diário Oficial do Estado do dia 30 de abril de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPAS-

SON, NEREU MOURA, ANTONIO ANNIBELLI e CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Fazenda, Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, solicitando informações com a relação dos beneficiários e respectivos valores com recursos do código 3550.0000- Transferências à Instituições Privadas, conforme consta do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 1998, publicados no Diário Oficial do Estado do dia 30 de abril de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ANTONIO ANNIBELLI e CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Foi feita licitação? Caso não, qual a modalidade que foi feito o contrato?

2 - Qual a Empresa que ganhou?

3 - Quais são os serviços que serão prestados pela Empresa?

4 - Qual o custo?

5 - Qual a origem do recurso para pagamento de tal serviço?

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento, agora apresentado à apreciação desta Casa Legislativa tem como intenção esclarecer o correto objetivo e aplicação dos recursos desta Secretaria.

REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o Registro nos Anais desta Casa de Leis, do documento "Carta de Curitiba", assinada na ocasião do XIX Encontro Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, realizado no mês de abril do corrente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.05.99

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 232/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de taxa de permanência de veículos em pátios do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e/ou do Departamento de Estrada de Rodagem - DER, os proprietários de veículos que tenham regularizado suas multas nesses órgãos.

Art. 2º - o benefício desta lei estender-se-á pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei, podendo ser prorrogados esse prazo por igual período, a critério dos respectivos órgãos estaduais.

Art. 3º - O Departamento Estadual de Trânsito e o Departamento de Estrada de Rodagem, nas suas respectivas áreas de atuação, baixarão normas para cumprimento desta lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) RICARDO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

Muitos usuários tem dificuldades financeiras para pagarem taxas de multas de trânsito de veículos e de permanência desses veículos nos pátios do DETRAN e do DER.

Dessa forma, o Poder Público Estadual deixa de arrecadar, pelo menos, parte dessas taxas, principalmente as de multas do trânsito, tendo em vista que os veículos estão retidos em pátios por falta de pagamento dessas taxas.

Isentar usuários da cobranças de taxas de permanência de veículos em pátios do DETRAN ou do DER contribui para que o Governo do Estado tenha, com a arrecadação de multas, pelo menos uma receita de arrecadação imediata, beneficiando o Estado e os Municípios.

A Constituição do Estado do Paraná, ao conferir atribuições específicas à Assembléia Legislativa, assim se expressa em seu artigo 53 e incisos:

“Art.53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art.54,

dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I -..... (omissis)...

II -..... (omissis)...

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;”.

Estribado na competência deste Poder em legislar sobre a matéria em questão, apresenta-se o presente Projeto de Lei para análise dos Senhores Parlamentares e posterior votação.

PROJETO DE LEI Nº 233/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de taxa de vestibular nas Universidades Estaduais e nas Faculdades Estaduais os vestibulandos que tenham cursado o 2º Grau de Ensino em escolas públicas da rede estadual de ensino.

Art. 2º - Os interessados deverão apresentar documento comprobatório de Conclusão de Curso de 2º Grau completo, feito em escolas públicas estaduais no ato de inscrição ao vestibular.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior baixará, por resolução, as normas necessárias para cumprimento desta lei, no prazo máximo de 60 dias da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 178 e inciso II, assim reza:

“Art.178 - o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I -... (omissis)...

II - gratuidade de ensino em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Estadual, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza.”

O dispositivo constitucional acima descrito, por si só, respalda a legitimidade do presente projeto de lei.

Alie-se a esse dispositivo outras razões preponderantes que se inserem ao assunto proposto.

A clientela da escola pública estadual é oriunda, em sua maioria, de famílias de baixa renda, que não tiveram condições de pagar os estudos de seus filhos em escola particular.

As condições de disputa de vagas no Ensino Superior favorecem muito os alunos egressos da escola particular, em detrimento dos da escola pública estadual, que precisam prestar vários vestibulares para ingresso no Ensino Superior, com gastos excessivos para suas famílias.

Por todas essas razões e pelo dispositivo constitucional estadual do art.178, inciso II, propõe-se o presente projeto de lei, no aguardo do apoio e da aprovação dos ilustres Deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 234/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art.1º da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos municípios, desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social e de captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná”.

Art. 2º - O art. 9º da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos incisos VII, VIII e IX, com as seguintes redações:

“Art. 9º -...

VII - desenvolver pesquisa científica voltada à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento urbano, priorizando as ações sociais que contemplem a melhora da qualidade de vida das populações;

VIII - promover o desenvolvimento tecnológico direcionado à melhoria dos aspectos institucionais das municipalidades;

IX - publicar e divulgar trabalhos tecno-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal”.

Art.3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.
(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI Nº 235/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense Estilo de Vida, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense Estilo de Vida, foi fundada no Município de Almirante Tamandaré, do dia 5 de junho de 1996, com o objetivo de apoiar técnica, material e financeiramente os projetos da CLIPEV e promover a recuperação de dependentes químicos, para reintegrá-lo a família e a sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 236/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IEMODAE, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IEMODAE, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio, que ora encaminha para que seja declarado de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 14.07.97, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas de assistência social e da saúde, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 1233 Livro A/06 de Pessoas Jurídicas, em 28.08.97, e inscrita no CNPJ sob o nº 02.078.690/0001-27, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 237/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor de Quedas do Iguaçu, com sede e foro na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Bom Pastor, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 22.10.81, desenvolver programas nas áreas da assistência social, e da saúde, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 77 Livro A/01 de Pessoas Jurídicas, em 10.11.81, e inscrita no CNPJ sob o nº 78.119.088/0001-52, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, propondo que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 238/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes, conceder desconto de 50% no pagamento do pedágio, nas rodovias que compõem o consórcio de lotes do Anel de Integração implantado pela Lei Comple-

mentar 76, de 21 de dezembro de 1995, aos veículos de representantes comerciais do Paraná.

Art. 2º - O desconto de 50% será concedido mediante a apresentação da identidade profissional do condutor do veículo, emitida pelo Conselho Regional dos representantes Comerciais do Paraná (CORE-PR).

Art. 3º - Os veículos conduzidos por representantes comerciais de que trata o Artigo 1º da presente lei, terão à disposição cancelas específicas nas praças de pedágio das concessionárias que compõem o Anel de Integração.

Art. 4º - A fiscalização e o controle de tráfego, dos veículos e dos condutores, ficarão a cargo das Concessionárias, consorciadas, em seus respectivos lotes, conforme composição do Anel de Integração.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Ricardo Maia

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto-de-lei autorizatório justifica-se devido ao fato dos Representantes Comerciais do Paraná serem usuários permanentes e constantes das rodovias pedagiadas, ao contrário de usuários ocasionais, que utilizam as rodovias esporadicamente, na maioria dos casos em período de férias.

Os representantes comerciais têm como obrigação laboral a visita constante a seus clientes. Têm seu ganho somente através de comissões que lhes são creditadas em até 60 (sessenta) dias após a quitação da fatura pelo comprador. Por ser um intermediador de negócios, sempre que for solicitada sua presença, terá que estar junto ao cliente. Pelo trabalho, ele não recebe qualquer tipo de reembolso ou auxílio por parte da contratante, pois o representante comercial é autônomo, tendo que arcar sozinho com os custos do pedágio.

PROJETO DE LEI Nº 239/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É instituída a disciplina "Cidadania" que será ministrada em caráter obrigatório nas Escolas de 1º Grau do Sistema Estadual de Ensino, adaptado ao nível dos alunos da 1ª a 8ª séries;

Art. 2º - A disciplina "Cidadania" tem por objetivo o despertar para o exercício da cidadania culminando em:

- I - melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- II - observância dos direitos e deveres do cidadão;
- III - despertar do espírito crítico;
- IV - conhecimento e respeito às Instituições existentes;
- V - preservação da Paz, da Ordem e da Justiça.

Art. 3º - A ementa da disciplina "Cidadania", no mínimo conterà:

- I - educação ambiental;
- II - educação tributária;
- III - Código de Defesa do Consumidor;
- IV - Código Nacional de Trânsito;
- V - noções de higiene e saúde;
- VI - doenças sexualmente transmissíveis;
- VII - defesa do patrimônio histórico e cultural;
- VIII - direitos do menor e do adolescente;
- IX - o combate ao desperdício;
- X - participação na vida da comunidade;
- XI - democracia - princípios;
- XII - o papel da justiça;
- XIII - o papel da família;
- XIV - os meios de comunicação;
- XV - a leitura como meio de informação.

Art. 4º - Em hipótese alguma, admitir-se-á o caráter doutrinário (político ou religioso) para a disciplina, sujeitando-se os infratores às penalidades da lei;

Art. 5º - A Secretaria Estadual da Educação estabelecerá o conteúdo programático da disciplina, que deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, observando o contido no art. 3º desta lei;

Art. 6º - A Secretaria Estadual da Educação disponibilizará os recursos humanos, materiais e financeiros para a adaptação do corpo docente estadual bem como do currículo atualmente em vigor, aos termos da presente lei;

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.99.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O projeto que estamos apresentando não é uma vestimenta moderna para a velha Organização Moral e Cívica, matéria obrigatória nos períodos negros que vivemos em nosso País em épocas não tão distantes assim.

Por acreditarmos no processo democrático e não vermos outra maneira de tornar o ser humano melhor a não ser através de um processo educacional coerente com a realidade do País é que apresentamos a nossa proposta.

Uma minoria privilegiada se vale da ignorância de uma grande massa para explorá-la. Os direitos são vilipendiados, o desperdício impera, a violência aumenta e o grau de participação é mínimo. Para combater tudo isto só com processo educacional voltado de forma permanente para o exercício da cidadania.

Nada obstante a orientação do MEC sobre a "transversalidade" do currículo básico para atingir o mesmo objetivo, entendemos haver necessidade de uma matéria específica.

Evidência do que afirmamos é a existência da matéria "Cidadania" no curso de Direito da Universidade Tuiuti.

Nosso projeto não é oneroso para o Estado uma vez que com um novo ajuste das verbas destinadas ao setor e com um treinamento adequado o valoroso corpo docente estadual estará apto a levar adiante a disciplina.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra o 1º Orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou feliz com o Governador do Estado do Paraná, porque liberou uma verba significativa, junto com o Secretário Giovanni Gionédis, junto com o Dr. Cândido Martins de Oliveira, com o Diretor Geral Manfrin, para que 110 delegacias de polícias do Estado do Paraná passem por uma reforma geral, significativa, sem fantasias, sem engodos, sem confetes, sem serpentinas, porque não adianta liberar e não se fazer as obras, porque hoje temos que nos preocupar analisando os jornais de circulação do meu Estado, que não devemos nada a nenhum jornal do Brasil, as revistas que aqui circulam, as emissoras de televisão com seus jornais locais, com a miséria, com a geração de empregos, temos que nos preocupar com a saúde, com a habitação, com a família, com os nossos filhos e se preocupar com a família e com os filhos também é se preocupar com a segurança da família paranaense seja ela de qualquer cidade e de qualquer rincão.

Então, parabenizo, e o faço com o coração alegre. Até que enfim foi liberada esta verba, este dinheiro, para que 110 delegacias de polícia, seja no norte do Paraná, no vale do Ivaí, seja no Oeste, o Governador, a pedido do Sr., Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, que correu o Paraná

atendendo os reclamos dos senhores prefeitos, viu por bem de melhorar as delegacias de polícia, porque tem delegacia, no Paraná, Deputado Zuk, que não tem uma máquina de escrever, não tem uma escrivaninha, não tem uma cadeira decente como nós temos aqui neste parlamento.

Então, é importante e eu espero que se concretize esta indicação, este projeto do Sr. Governador do Estado e parabenizar também o Sr. Prefeito Cássio Taniguchi que apesar de não estar no nosso convívio, está no Japão buscando subsídios na área financeira para uma série de projetos para a Capital do Estado, aonde eu tenho uma obrigação com essa Capital porque aqui fiz vinte mil votos, e ele, num convênio montado com o Secretário de Segurança, com o Coronel Justino, com o Coronel Lara e o próprio Governador, está sendo realizado um projeto, Deputado Takayama, que já está em andamento, estou acompanhando com a nossa equipe de trabalho no meu programa de televisão a ronda nas escolas da Capital...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa Presidência pede licença a Vossa Excelência e aos demais Deputados da Casa para de maneira oficial passar novamente a Presidência da Assembléia Legislativa para o nosso Deputado Anibal Khury, o nosso Presidente eleito por unanimidade, que esteve ausente desta Casa por alguns dias, e que sem dúvidas fez muita falta, e nós ao tempo que lhe damos boas-vindas e em que pese estarmos todos nós o tempo todo junto com o Presidente, de maneira oficial passo com muita honra a Presidência da Assembléia na Sessão de hoje ao Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Peço para agradecer ao meu colega, Deputado Nelson Justus que assumiu a Presidência desta Casa na minha ausência. Prossiga.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Bem, Sr. Presidente, o senhor esteve ausente mas esteve entre nós porque todos os dias nos reuníamos e estávamos acompanhando a sua saúde de perto. O senhor está "inteirasso" e vai continuar comandando o melhor parlamento deste País.

Dizia eu, Deputado Takayama, que nós já estamos com um projeto correndo a cidade, elaborado pelo Prefeito Cássio Taniguchi e pelo comando da Polícia Militar, e também pelo Governador do Estado, que é levar a Polícia Militar, não para agredir, não para violentar, não para rasgar a bandeira do Paraná, não para rasgar o Hino do Paraná; mas sim dar segurança aos filhos da Capital do Estado nas escolas, no combate à violência das drogas, que para mim é pior do que uma her-

ança nuclear. Combater tudo quanto é forma de violência, o armamento dentro das escolas. Então, é um grande trabalho que está sendo realizado na Capital.

Fiquei sabendo agora de manhã com o Secretário Cândido que esse programa também será levado para todos os Municípios do Paraná, não adianta levarmos o programa para União da Vitória e deixarmos Bituruna, levarmos para Cambé e deixarmos Londrina, levarmos para Santo Antonio da Platina e esquecermos Assaí, não adianta levarmos para Campo Largo e esquecermos a terra do meu querido Deputado Luiz Carlos Zuk que já desponta também como um grande nome para as próximas eleições municipais.

Então, é importante dizer nesta tarde deste grande projeto. E continuo meio assustado com aquilo que vi hoje no "Bom Dia Brasil" da rede Globo aonde um dos analista do Jornal "O Globo" dizia que foi criada no Brasil uma máfia que é maior do que a máfia da cocaína, maior do que a máfia das drogas, é a máfia da gasolina.

Essa notícia, quando foi dada, agora, de manhã, na Rede Globo de Televisão, do Sr. Roberto Marinho, por um dos analistas do jornal O Globo e também do Bom Dia Brasil, Deputado Moysés, me deixou preso, sentado na cama eu assisto o jornal. E comecei a analisar porque a máfia da gasolina é hoje a maior máfia do Brasil. Parece-me que amanhã o jornal do O Globo e a própria Rede Globo vai dar seqüência a essas denúncias, de que realmente começam e nos preocupar.

Agora, às 11 hs. da manhã, para lamentar, analisando uma coisa e outra, Deputado Valdir Rossoni, um jovem se jogou do Hotel Mabu. A minha equipe esteve no local. Um rapaz inteligentíssimo se trancou dentro de um quarto no hotel e pulou.

Tentaram de diversas maneiras que ele não pulasse. Ele deixou um bilhete denunciando uma firma mineira, pedindo as autoridades que investigassem, porque ele estava cansado de ver corrupção nessa firma.

Ele disse no bilhete após ter se jogado do 10º andar, que estava revoltado e que a OTAN deveria desviar os mísseis da Iugoslávia, em Kozovo, e dirigir os mísseis para o Brasil.

Confesso que realmente fiquei apavorado com o bilhete do rapaz. Não sei o porquê de sua atitude de ter deixado a denúncia contra uma empresa, que é uma das maiores empresas mineiras e tem filial aqui na Capital. Ele estava cansado de ver tanta corrupção e outras formas de corrupção que estavam acontecendo no Brasil e que os mísseis estavam se dirigindo para o local errado.

Quando peguei o bilhete e ajudei a editar, parei e fiquei refletindo, Deputados Takayama, Accorsi, o que queria dizer aquele bilhete. Senti o

que leva um jovem nessa idade a deixar um bilhete dessa forma. Quando você vê uma pessoa pular de um prédio e deixar um bilhete desses, nós, políticos, nós que fomos eleitos com o voto do povo se estamos aqui é porque o povo confiou em nós, temos a credibilidade do eleitor. Há a necessidade, com o suicídio e com o bilhete dessa tarde, de fazermos uma reflexão. Reflexão sobre a miséria, sobre a saúde. Onde se viu um enfermeiro matar mais de cento e tantos pacientes, para ganhar comissão de funerária! No Rio Grande do Sul, não sei se Vossa Excelência viu, um médico tinha uma funerária e todas as pessoas que morriam, lá em Porto Alegre, eram levados para a funerária dele. Então começa a pipocar agora estas informações. E realmente, após você ver um jovem se jogar, no centro da Capital do Paraná e com um bilhete desses é hora de nós, que representamos, neste Parlamento, o povo do Paraná, é hora de nós fazermos, não uma, centenas de reflexões: Por quê? Como? O que está acontecendo no nosso País?

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente Anibal Khury, é com satisfação que a sua pessoa retorna ao nosso convívio depois de um estado que realmente o Senhor conseguiu vencer. É com alegria que nos encontramos novamente juntos, o Senhor dirigindo esta Casa e nós, representantes do Estado do Paraná, somando com essa representação.

Mas nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, fazer menção que depois da nossa presença, nesta tribuna, com referência ao pedágio do gás, recebemos de inúmeras partes do Paraná, não tão somente da área política mas da área educacional, da área dos transportadores de carga, da área social do Estado, diversos pronunciamentos, entre os quais eu destaco o do Estado do Paraná. "RODONORTE quer cobrar pedágio até de gasoduto". Traz este jornal de circulação não só paranística mas de circulação nacional, na sua primeira página como chamada, e na segunda página onde cita: "A RODONORTE pode inviabilizar gasoduto". Descreve uma entrevista feita por um dos mais conceituados jornalistas, deste estado, um homem que realmente é o exemplo digno daquela mão que informa através das notas transcritas neste jornal onde nomina desde a saída, em Araucária a chegada em Campo Largo, a pretensão de se levar a Ponta Grossa e o embrião que a companhia paranaense de gás vai fazer em todo anel de integração deste Paraná. Transcreve, nestas notas

um preço de mais ou menos, aproximadamente dez mil reais o quilômetro do gás a ser cobrado.

Nós não acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o Governo do estado vai permitir a cobrança do assentamento tão somente do cano que transporta o gás! Este assentamento vai ser feito pela companhia para-naense de gás, conservação, depois de implantado feita pela companhia paranaense de gás, distribuição feita pela companhia, arcando com todo o ônus do gás, venha a cobrar dez mil reais por quilômetro a ser assentado!

Se o nosso anel de integração tem dois mil e poucos quilômetros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a cobrança pretendida a Ponta Grossa, se a proposta apresentada pela Companhia que está sendo discutida irá chegar ao patamar de 10 mil reais, como aqui está escrito e como nós aqui nesta tribuna: as concessionárias irão ter uma arrecadação de 2 mil quilômetros vezes 10 mil reais o quilômetro. Vejam o patamar que chegará a cobrar do povo do Paraná e principalmente daqueles que irão usar o gás que são as nossas firmas. No caso, em Ponta Grossa, o Distrito Industrial. Não é realmente concebível.

Por isso, nesse instante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou pedir ao Líder do Governo para que nos permita discutir ou rediscutir aquele contrato de concessão. Se alguma coisa realmente erramos, se alguma coisa está errada quando da aprovação da permissibilidade de metros à esquerda ou à direita da Rodovia nós iremos corrigir se o Governo do Estado, Senhor Presidente, Senhores Deputados como disse o próprio Líder do Governo, Valdir Rossoni, em outra oportunidade - não deseja, não quer e não irá cobrar, teremos que fazer isso oficialmente para não expôr a Companhia Paranaense de Gás, através da sua Diretoria, que nem senta em mesa de negociação com a Rodonorte e com qualquer outra concessionária, para que nós possamos dar uma satisfação ao povo do Paraná. Satisfação essa, que seja da não cobrança do pedágio do gás.

O Sr. Valdir Rossoni

Acredito que posso contribuir com o seu pronunciamento.

Hoje pela manhã eu estive com o Secretário de Transportes, discutindo a questão da cobrança do gasoduto que vai a Ponta Grossa, porque ouvi o seu pronunciamento, e eu gostaria de saber o posicionamento oficial da Secretaria de Transporte.

Já existe um acordo, inclusive com a Companhia de Gás, feito pelo Secretário de Transportes com a RODONORTE. Tenho aqui em mãos o ofício feito pela Secretaria de Transportes às concessionárias, aonde foi feito um acordo e que as concessionárias só irão cobrar o valor que é determinado pelo DER.

Se a estrada, por exemplo, hoje, essas rodovias que vão a Ponta Grossa fossem domínio do DER ela também teria um custo, não seria gratuito, teria um custo para COPAGÁS. E este custo seria em torno de 2 mil reais o quilômetro/ano. A Rodonorte queria cobrar 8 mil quilômetros/ano. Houve o acordo, já está definido, aceito pela COPAGÁS, diz que há condições de que a Companhia possa aceitar esse custo de 2 mil reais quilômetros/ano. Está acertado com a Companhia, está acertado com o DER e com as concessionárias. Esta é uma informação oficial e inclusive com a concordância da Companhia que levará o gás a Ponta Grossa.

Então, essa questão de 10 mil, este valor que está se atribuindo, acredito que seja desconhecimento da medida tomada pelo Secretário de Transportes. Então, que fique aqui claro, e eu gostaria de trazer a V.Exa. e o Secretário disse que está à disposição e que esta medida que ele tomou reunindo as concessionárias e COPAGÁS para achar um valor, disse que foi um pedido feito por V.Exa. Pediu-me que trouxesse ao seu conhecimento que a medida já foi tomada e acordada. Será o mesmo custo que se o domínio das rodovias fosse da Secretaria dos Transportes. Dois mil o quilômetro por ano. Não tem nada de dez mil, está acordado e tenho ofício, que depois posso passar às mãos de V.Exa.

Esse é o esclarecimento que trago e espero ter contribuído com o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço ao Líder Valdir Rossoni e também irei solicitar uma cópia do contrato final feito entre a permissibilidade das concessionárias a nível de lotes do Paraná, para nós no futuro, estudarmos uma viabilidade jurídica para que nem isso possa ser cobrado. Porque acredito, Sr. Presidente, que mesmo nessa taxa do DER, é uma taxa realmente alta, dois mil reais o quilômetro, porque quem vai pagar realmente é aquele que consome o gás, são as indústrias e conseqüentemente os produtos industriais serão consumidos pela população do Paraná, que vai ser onerada no seu custo final do produto a ser comercializado. Mesmo os dois mil, caro Presidente e nobre Líder do Governo, acho alta a tarifa. Se o DER tem uma tabela, respeitamos a tabela, mas iremos questionar ainda que esses dois mil reais, transformados na nossa Ponta Grossa, que lá tem trinta e poucos quilômetros que vai ser usado, mais os dois mil e poucos quilômetros do Anel de Integração, quando a Companhia Paranaense de Gás vai dotar o Paraná todo de assistência do gás natural a ser distribuído, é um valor que somando a quilometragem, é um valor muito alto, que muita gente vai ganhar sem

trabalhar, sem ter realmente feito nada, a não ser permitir que passe o gás do lado da rodovia.

Estaremos entrando, Sr. Presidente, Srs. Deputados e vou pedir desde já a aprovação deste plenário, uma cópia estaremos dando a alguém de direito, para que realmente viabilize a saída jurídica, para que nem isso seja cobrado e o povo do Paraná seja uma vez mais onerado com um imposto, com um pedágio e agora com o pedágio do gás, que é realmente uma coisa absurda a todos nós paranaenses.

Muito obrigado Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente as boas vindas ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, que engrandece esta Casa, que tem uma importância extraordinária na política paranaense. Sabe V.Exa. que a sua presença neste Plenário, a sua presença nesta Casa, em que pese a boa condução feita pelo Deputado Nelson Justus, é de extraordinária importância, visto que a sua experiência muito contribui para que esta Casa e a política no Paraná, possa realmente trilhar os caminhos da concórdia, os caminhos que possam levar o Estado do Paraná a uma situação cada vez melhor no contexto nacional.

Por isso, da minha parte, Sr. Presidente, o bom retorno de V.Exa. e o desejo do pronto restabelecimento também da sua saúde, Sr. Presidente, venho à tribuna até para fazer aqui uma denúncia, já que nos últimos dias, tem se falado muito na "Indústria da Multa" em Curitiba. Eu não diria apenas aqui em Curitiba, mas diria que é no Estado do Paraná de um modo geral. Porque agora também com a contratação de uma empresa que fiscaliza sem uma orientação, sem uma devida fiscalização, sem uma devida advertência aos motoristas, coloca seus automóveis descaracterizados nos acostamentos de rodovias e flagram os motoristas com excesso de velocidade.

Não estamos aqui na defesa do mau motorista, do motorista irresponsável, mas estamos aqui primeiro para exigir uma campanha educativa, que é isso que deve nortear o Governo do Estado do Paraná, no que diz respeito à questão do trânsito.

Temos sentido e temos recebido muitas e muitas reclamações em nosso meio de comunicação a respeito do que está se fazendo com relação à questão de multa.

Mas isso não fica apenas nas estradas. Aqui em Curitiba os abusos têm sido uma constante. Na Região Metropolitana eu trago hoje, Sr. Presidente,

para que a Assembléia tome conhecimento de uma multa que foi aplicada a 10 minutos da madrugada e, pasmem os senhores, não foi em nenhuma rua da cidade, não foi em nenhuma rodovia, mais foi sim, no pátio de um igreja. Aos 10 minutos da madrugada, policiais da Polícia Militar do DEPETRAN, acabaram aplicando uma multa ao veículo que estava estacionado no pátio da igreja matriz, de Almirante Tamandaré.

Naquela noite, início da madrugada realizava-se uma festividade da comunidade local, no salão da igreja e, a viatura policial lá estava, convidada que foi para manter a ordem, sabendo que o proprietário do veículo estava no salão paroquial da igreja, os policiais não foram capazes de ir até o serviço de altofalante do salão e pedir ao proprietário do veículo, que seu veículo estaria provocando o congestionamento dentro do pátio, que deveria movimentar o veículo para permitir o acesso, a saída, a entrada de um outro veículo. Não! Os policiais preferiram aplicar a multa que vai servir de quatro pontos na carteira do motorista. Além, é claro, do valor que vai ter que pagar pela multa.

Quer dizer: aqui caracterizou-se a fome, a sede da multa. Não a vontade da educação, de elevar a conscientização a respeito da questão do trânsito.

Então eu queria registrar este fato aqui, Deputado Ricardo Chab, Deputado Carlos Simões, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nós que temos veículo de comunicação na mão e que constantemente somos cobrados, por essa fome, por essa sede, por essa ganância de se aplicar a multa. Trago ao conhecimento da Casa, esta multa, aplicada aos 10 minutos da madrugada, não foi numa rua, não foi numa estrada, e foi sim, no pátio de uma igreja aqui em Almirante Tamandaré, que é, sem dúvida alguma, um fato lamentável.

O Sr. Presidente, gostaria de usar do horário da Liderança do PTB se ninguém mais for usar, para complementar também o meu trabalho aqui na tribuna.

Concedo o aparte ao Deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões

Quero parabenizá-lo por mais um momento seu de lucidez e trazer a esta Casa, este assunto tão importante, que é o excesso de multas não só em Curitiba, mas também no Paraná.

Vinha para a Assembléia na semana passada, na terça-feira e na Silva Jardim, um carro da DIRETRAN, de Curitiba, um motorista e uma senhora, também com traje da DIRETORIA. Ele dirigindo e ela aplicando multas. Eu fiquei estarrecido.

Fiquei atrás do carro, devagarinho fui observando. Fiquei muito triste, porque não é isso que

Curitiba quer. Não é isso, Deputado, a pregação sobre Curitiba, sobre a qualidade de vida, sobre a inteligência de quem mora aqui. Observei aquilo com tristeza, com lamento. Mas vejam por outro lado, a dificuldade por exemplo desta multa, aí de Almirante Tamandaré. Vai ter solução?

Será que tem solução? Qual é o nível de defesa do multado? Apenas a escrita? Ele tem direito de fazer uma defesa oral no Tribunal que decide isso? Quem decide isso? Qual é a apelação? A que nível se chega? Se multam a minha esposa, meu irmão, minha tia, o caminhoneiro que vende queijo! Vi na televisão que um senhor de Tamandaré, na Região Metropolitana, que vende queijos, tem 900 reais de multas. O carro dele vale 1.500 reais. Tem solução? Não creio que tenha solução. Infelizmente, vivemos um momento (nesse sentido das multas) autoritário, antigo inadequado, ilegal e imoral. O senhor imagine em uma rodovia, um carro parado, medindo a velocidade e multando sem nenhuma orientação. Isso não está correto. Isso não é Brasil. Estou do lado dessa proposta do Chab, da proposta do Deputado Anibal Khury. Se alertarmos as autoridades de Curitiba e do Paraná para esse grave problema e olhe, Deputado Algaci, somos políticos de voto. Também o é o prefeito de Curitiba, também o é o governador do Paraná. o senhor não tem idéia do desgaste que vejo no meio disso tudo, o desgaste que estão tendo o prefeito de Curitiba e o Governador Jaime Lerner, na classe onde é o voto deles? Onde é o voto permanente do Jaime Lerner? No Batel, no Jardim Social, no Bacacheri, na Água Verde. Faça hoje uma pesquisa e fale. "Não voto mais no Jaime Lerner, não voto mais no Taniguchi". É o menino da faculdade, vindo de madrugada, ou alguém trabalhando, é multado e não se tem solução. É um assunto muito grave e a Assembléia tem a obrigação de levantar esse assunto a nível de Paraná.

Um abraço, Deputado e parabéns.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, Deputado Carlos Simões. O que é importante destacar aqui também, é que a multa foi imposta em um pátio de uma igreja, onde o pátio não é asfaltado e portanto, não tem a demarcação de onde estacionar os veículos. Cada um estaciona ao seu critério. Não havia uma maneira correta de estacionar, e o que é pior, a viatura da Polícia Militar permaneceu durante toda a noite e madrugada no pátio da igreja e viu depois o motorista multado sair e poderia ter comunicado, e no entanto, a multa não foi colocada no pára-brisa. Foi feita a notificação e a multa veio trinta dias depois, o que é uma outra irregularidade. Há que se observar também que o valor da multa é extraordinariamente alto em relação ao custo de vida de hoje e à situação que

vive o brasileiro, com tanto desemprego, com tanta miséria e com tanta situação difícil. Uma multa vai a 400 ou 500 UFIR's. Isso é uma loucura. Uma dupla penalidade, quer dizer, além da penalidade dos pontos que se anotam na carteira, ainda o valor exagerado do preço da multa.

Era esse o fato.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Veja bem, dois fatos para lembrar o que o Carlos Simões está falando. Confesso que fico às vezes, com medo. Só tiro o carro da garagem, na sexta-feira à tarde, e coloco na frente do prédio. Pois vem a menina e multa. Digo que estou em frente ao prédio, não quero brigar. "Não é ordem". Tudo bem! Na outra sexta-feira, ela multa! Fui para a casa do Deputado Anibal quando ele saiu do hospital e eu também estava com a minha sogra hospitalizada, saí do Hospital Santa Cruz, corri lá para a casa do Deputado Anibal e estacionei o carro atrás do carro do Ricardo. Quando voltei estava lá a multa de novo! Então, gostei até da atitude do Deputado Anibal Khury. Tinha mais ou menos uns 20 carros na frente da casa dele e o Deputado Anibal desceu e perguntou para as moças: "o que vocês estão fazendo aqui?" Elas disseram: "Estamos multando os carros." Ele: "Ah, vocês estão multando os carros. Vou dar 5 minutos para vocês sumirem daqui senão chamo a polícia." "Sabe o que o Deputado Anibal fez? Ele chamou a polícia, mas foi mulher voando para um quarteirão, outra para outro quarteirão, sumiu todo mundo, nunca mais apareceram na frente da casa do Deputado Anibal. Então agora vou fazer a mesma coisa! Não sei, é uma tara! São tarados! Se eles não multam... dá a impressão que todo mundo tem uma comissãozinha, quanto mais multa mais comissão ganham.

Não devia nem falar isso aqui, mas acho até louvável. O Deputado Anibal estava indo lá para chácara dele, um carro multou o Deputado Anibal. O Deputado Anibal foi no Aeroporto recepcionar uma autoridade que estava chegando, multaram o carro do Deputado Anibal. Aí o Deputado Anibal falou: "Mas o carro é da Assembléia!"

- "Não, o Senhor tem que colocar uma placa de bronze na frente e uma placa de bronze atrás. Na hora que o senhor colocar aí não muito mais."

Então são coisas que não sei o que está acontecendo, realmente não sei o que está acontecendo. Outro dia ele ia indo para chácara dele, saiu um carro descaracterizado - Deputado Carlos Simões, e multou. Aí o Anibal mandou chamar 4, 5 policiais e agora está andando com 4, 5 policiais atrás porque a hora que um sair do carreador ele já mandar pren-

der e trazer aqui para a Assembléia para saber como é que funciona esse esquema dessas multas.

Então está de parabéns Vossa Excelência conte com nosso apoio e tenho certeza que alguma coisa tem que ser mudada. Principalmente o respeito com o ser humano. Porque eles multam na cara dura, agridem as pessoas, agridem assim, no palavreado, porque não podem falar absolutamente nada. Aí eles chamam umas pessoas que aparecem todas vestidas de preto, numas motos - parece até filme americano, e, sei lá, não são autoridades, andam armadas, não são policiais. Então realmente estou confuso.

O SR. ALGACI TULIO

Na verdade o que a gente quer não é privilégio, não é por sermos Deputados que temos o direito de infringir a lei de trânsito de usar e abusar. Mas o que a gente quer é bom senso acima de tudo e antes e, acima de tudo, a conscientização, a chamada de atenção é válida. Agora, o simples fato de ficar lavrando multa a 3 por 4, na verdade, ninguém agüenta mais.

Com aparte o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência aborda um tema que acho que todos os Parlamentares da Assembléia Legislativa estão com a mesma preocupação. Na verdade o que se pratica aqui em Curitiba e no Estado não é multa, é um achaque. Um achaque à população e o que se estranha é que, raramente, a não ser o Vereador Mário Celso - de Curitiba, não se vê um Vereador de Curitiba, alguém levantar-se sobre essa questão. E a Assembléia Legislativa aborda um assunto oportuno que a população deseja que a classe política se manifeste. Porque, no fundo, quem sofre o desgaste, não são só os administradores do Executivo de Curitiba ou do Estado. Os Parlamentares aqui da Assembléia também sofrem o desgaste, porque a população acha que temos que tomar conta disso e denunciarmos de uma vez por todas. É obrigação da classe política. Portanto, o assunto é mais que oportuno.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado Deputado.

Para concluir, então, queria dizer que hoje, pela manhã, no Palácio Iguazu, foi lançada a parceria com a Rede Paranaense de Televisão, o SESC, a EMATER para o lançamento da Campanha do Agasalho de 1999. A 1ª Dama do Estado, Fany Lerner, o Governador Jaime Lerner, o Sr. Décio B. de Almeida representando Dr. Francisco da Cunha Pereira, que é o Presidente da Rede Paranaense de Televisão, que assumiu por inteiro a campanha de publicidade da "Campanha do Agasalho", que é

muito importante sem dúvida alguma, campanha esta que já inicia vitoriosa, porque hoje pela manhã, a Sra. Fani Lerner já informava que 10 mil cobertores já foram conseguidos através da SERLOPAR, Loterias do Paraná, e mais 1.600 agasalhos vieram da Procuradoria Geral do Estado, e cada um dos Senhores Parlamentares sabem, do quanto é necessária, do quanto é importante esta campanha do agasalho, o inverno está chegando, e os PROVOPAR dos municípios sabem da importância, da necessidade de ter o apoio da Rede Paranaense de Televisão, que cobre todo o Estado do Paraná, e conseqüentemente vai levar a mensagem da conscientização, a necessidade do calor humano por parte da população paranaense, para aqueles que se cobrem com jornais ou para aqueles que sequer o jornal têm para amenizar o frio das madrugadas deste Paraná, no inverno que se aproxima.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

Por ocasião da eleição da Mesa que está dirigindo os trabalhos desta Casa, me lembro de ter visto a emoção dominar a unanimidade, Senhor Presidente que Vossa Excelência conseguiu, naquela oportunidade, no meu entendimento foi o reconhecimento que os Deputados fizeram à sua trajetória política.

Lembro-me de um trecho do seu discurso “preso, confiscado e cassado”, me lembro deste pedaço de uma das frases, e sei que Vossa Excelência naquela oportunidade fez uma volta ao passado, lembrando de tudo aquilo que aconteceu na sua vida.

Nós, políticos, estamos submetidos todos os dias a esse tipo de coisa. E vi novamente hoje, Senhor Presidente, quando lágrimas rolaram na sua face e a emoção o tomou novamente. Quero dizer que na sua ausência, a Casa caminhou, ela foi em frente, ela foi bem dirigida. Quero cumprimentar o Deputado Nelson Justus, e os companheiros que estiveram na Mesa pelo trabalho que realizaram, mas em um homem como eu, que não sou muito dado a elogios, me senti na obrigação de vir a esta tribuna, dizer algumas palavras.

Vossa Excelência, neste momento, se mistura com a vida da Assembléia, todo esse caminhar durante todos esses anos com os acertos que teve, com os erros que praticou, fizeram que Vossa Excelência no momento da eleição se tornasse quase, vamos dizer assim, não só aqui, mas uma unanimidade e sei que é preciso numa hora desta,

muita modéstia, muita humildade, para saber representar aqueles que fazem de tudo, pelo menos penso assim, para representar aqueles que os colocaram aqui.

Vossa Excelência volta a esta Casa, transformando uma simples sessão num dia de atenção redobrada para aquilo que está acontecendo. A importância que Vossa Excelência tem para a vida do Paraná, tem que ser reconhecida por nós todos.

Algumas batalhas, Senhor Presidente, deverão ser travadas daqui a pouco, em favor do povo do Paraná. Eu ainda agora, na Comissão de Constituição e Justiça, ao relatar um simples projeto de utilidade pública, fiz uma ironia: era a utilidade pública para uma banda marcial, eu falei, olha, esta banda marcial está sendo preparada para tocar no dia do primeiro aniversário da privatização da COPEL, quis dizer, num momento simples da gravidade que parece incontornável para nós, neste momento. E me dói, como adversário que fui da administração Ney Braga, eu era um dos líderes do MDB no passado, que tenho escolhido para ser o coveiro da COPEL, um patrimônio público do Estado do Paraná que não merece, no meu entendimento, ter a presença do ex-Governador Ney Braga, que ao passar dos anos aprendemos a reconhecê-lo como um bom governador. Mas, dói, Presidente Anibal Khury, ver esse comportamento madrastra, no meu entendimento, do Governo que coloca aquele que trabalhou junto com outros na construção desse grande patrimônio do povo do Paraná, que é a COPEL, presidir um conselho que vai destruir, no meu entendimento, a COPEL. Lembro-me outro dia, Senhor Presidente, de uma entrevista do ex-Presidente da Caixa Econômica Federal - Sérgio B., quando ele disse na privatização lá da Água de Paranaguá, só se deu àqueles que se tornaram donos da companhia o “filét mignon”, e ao mesmo tempo, Presidente Anibal Khury, deixaram para os desassistidos, os pobres, os miseráveis...nada, a não ser para alguns deles a violência do corte da água que não foi paga.

Gostaria, sim, que esta Casa abrisse uma discussão muito ampla a respeito da privatização da COPEL e da entrega da SANEPAR. Tenho deixado essa posição muito clara ao longo de minha vida e junto aos companheiros do Partido. E gostaria que Vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, que volta com toda a competência a nos presidir, que vossa Excelência voltasse a sua atenção para uma coisa que é da mais extraordinária importância para o Paraná que é a privatização da COPEL. Está certo que esta Assembléia no passado já autorizou que ela fosse vendida, mas nunca é tarde para recomeçar, como Vossa Excelência hoje, ausente por poucos dias, recomeça tudo, porque Vossa Excelência, volto a repetir, se confunde neste momento com a própria

Assembléia Legislativa nos seus erros e nos seus acertos. O Poder Legislativo, Senhor Presidente, ele precisa ser preservado.

Vi com muita apreensão, há alguns dias atrás, alguns jovens, muitos deles, talvez, ainda nem totalmente formados, invadindo a residência do ex-Presidente do Banco Central, me lembraram daquelas avançadas da ditadura militar em cima daqueles que estavam sem nenhum tipo de defesa. E vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, sentiu na própria carne a violência daqueles que não respeitam a lei.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Passamos ao Horário das Lideranças. Pelo PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também quero manifestar a alegria pelo retorno de Vossa Excelência à plenitude das atividades neste parlamento. Nós que, ao longo deste período que Vossa Excelência esteve ausente da Presidência da Casa, tivemos a oportunidade de, em mais de uma ocasião estarmos juntos, tratando de assuntos de interesse do Paraná e tive inclusive o privilégio de acompanhá-lo, na última sexta-feira, na cidade de Campina Grande do Sul quando Vossa Excelência foi homenageado pelo Legislativo e pelo Executivo municipal, dando ao Centro de Eventos daquela cidade o nome de Anibal Khury. Parabéns pelo seu retorno! Parabéns ao nosso amigo e irmão Nelson Justus pelo brilhantismo com que conduziu os trabalhos desta Casa, fazendo com que ele permanecesse na condição de uma Casa produtiva e eficiente!

Mas, Senhor Presidente, venho à tribuna para dois assuntos: o primeiro deles é dizer que a bancada do PMDB votará contrário, se este for o caso, em permanecendo a discussão e votação do requerimento assinado pelos Deputados Plauto, Accorsi e Durval Amaral que propõe a formação de uma Comissão Especial constituída por cinco pessoas para, em caráter emergencial, acompanhar o trabalho que está sendo feito de reintegração de posse e verificar o que aconteceu nestas propriedades que foram reintegradas.

Não que sejamos contra o requerimento, acho que ele tem fundamento, mas temos nesta Casa uma Comissão que é a Comissão de Terras, Colonização e Imigração que tem no Art. 33, parágrafo 8º do regimento estabelecida a sua atribuição nesta Casa. A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas

de colonização. Está aqui contemplando tudo aquilo que se pretende, na minha avaliação modesta, com esta comissão especial.

Além do que, seria até um desmerecimento aos integrantes da Comissão de Terra que estão nesta Comissão se propondo a cuidar das atribuições. Seria mesma coisa que amanhã, tendo nós aqui um problema na área de Segurança Pública para opinar a respeito e fizéssemos uma Comissão Especial para verificar sobre um assalto, um abuso de autoridade das dependências de uma Secretaria de Segurança Pública. Seria a mesma coisa, Deputado Accorsi, que amanhã, tendo nós aqui uma denúncia na área de saúde, ao invés de chamar a Comissão de Saúde para se manifestar, formássemos uma comissão especial. Entendo que isto é um desrespeito até, aos nossos companheiros que integram a Comissão de Terras que é presidida pelo Deputado Nereu Moura e que tem como vice-presidente o Deputado Divanir Brás Palma e mais o Plauto, o Accorsi, o José Maria, o Edgar e o Colombo.

Esta Comissão tem atribuições regimentais que vão de encontro àquilo que se pretende com esta comissão especial que está para ser criada. Por esta razão faço um apelo aos Deputados Plauto, Durval Amaral e Accorsi que retirem o requerimento e que esta atribuição seja repassada de imediato à Comissão de Terras para que ela possa, no cumprimento das suas atribuições, dar o encaminhamento que pretende o Deputado Plauto, até porque ele e o Deputado Brás Palma, Accorsi e demais Parlamentares fazem parte desta Comissão.

Outro assunto que nós aqui comparecemos é que no dia de ontem na reunião da nossa Bancada, o PMDB, presentes os sete Parlamentares e assessores pelo José Moraes, Assessor da Liderança, nós tivemos oportunidade de fazer uma leitura, leitura rápida, superficial ainda do balancete do Governo do Estado, relativo ao ano de 1998 e ao fazer a leitura deste balancete alguns números chamaram a nossa atenção e por aquilo que nós podemos usufruir da leitura feita, algumas dúvidas pairaram sobre nós os Parlamentares do PMDB, razão pela qual estamos propondo a esta Casa três requerimentos pedindo informações ao Secretário da Fazenda no que diz respeito a parcela da recita referente a dívida ativa, código 1930.0000, bem como a referente a multas e juros de mora refere-se a arrecadação do ICMS.

Então, dentro deste capítulo, deste código que é que se refere a arrecadação do ICMS? Nós sabemos que ali alguma coisa tem de ICMS, Lei Kandir, mas sabemos também pela análise superficial que alguma coisa se refere a ICMS recebido através da dívida ativa e queremos saber deste valor de ICMS

arrecadado o que é que foi repassado aos municípios.

Um outro assunto que nos chamou a atenção diz respeito a questão das sentenças judiciais. No Balancete, no capítulo investimentos tem lá - sentenças judiciais - um bilhão novecentos e nove milhões foi o que o Estado pagou a título de sentenças judiciais.

Então, nós queremos saber a quem pagou e o que pagou para cada uma dessas pessoas já que no balancete isto não é transparente. E também um outro aspecto que nos chamou a atenção foi o item - transferências a instituições privadas. Cresceu do ano de 97 para 98, 694% este item, transferências para instituições privadas. E nós queremos saber para quem foi esta transferência, para quem se destacou esta transferência a título de iniciativa privada.

Então, peço aos senhores parlamentares que deem apoio, aprovação a estes três requerimentos porque eles serão subsídios a todos nós parlamentares na missão que temos de fiscalizar a execução orçamentária aprovada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Horário das Lideranças: PFL, PTB.

(Declinam)

PT com a palavra. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente Anibal Khury, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores fazemos uma saudação a V. Exa. pelo retorno à Presidência dos Trabalhos.

Mas, Srs. Deputados, assistimos há poucos dias o despejo violento de várias famílias de sem terra na região de Querência do Norte, região que conheço bem, região que tenho vários amigos. A reforma agrária, Senhores Deputados, ela não é um movimento de políticos, não é um movimento de esquerda, historicamente. A reforma agrária é uma exigência inclusive do capitalismo moderno, ou que se pretenda ser moderno. Mas como no Brasil nós temos os donos do poder e que aqui no Brasil a reforma agrária não é tratada como uma questão absolutamente necessária.

Os seres humanos pela lógica daqueles que são contra a reforma agrária têm que viver pendurados num cabide, não têm direito a repartição de uma terra. E aquele que reivindica historicamente e tem esperado historicamente a reforma agrária, sempre foi promessa de quem esteve de plantão no Governo. A partir do movimento dos sem-terra e de outros movimentos começou a se processar reforma agrária.

Nós estamos falando de seres humanos, de pessoas que estão aí por conta da política imposta

pelo Governo Federal e Estadual, sem emprego, sem perspectiva de emprego, não tem investimento na terra, este Governo do Paraná foi o que menos investiu em fomento da agricultura, e assim quando estão por ganhar um pedaço de chão são violentamente afastados da terra. "É Deputado, mas ali é uma propriedade produtiva". A reforma agrária, para a reforma agrária, propriedade produtiva é apenas um item da função social, a legislação da reforma agrária considera a função social da terra como fato gerador de desapropriação, tem que ter produtividade, tem que cumprir a legislação trabalhista, tem que cumprir a legislação ambiental. São itens que compõem a chamada função social da terra.

No Estado do Paraná nós temos várias e várias propriedades, em que pese o mandado de segurança de reintegração de posse, as propriedades são consideradas improdutivas e sem função social. Mas por que são dadas as reintegrações de posse? Porque as informações que são dadas ao Judiciário, quando é levado apenas a informação do proprietário, ou do falso proprietário da terra, é levado ao Poder Judiciário, e ele tem que tomar um juízo de valor, que é provisório, o juízo de valor é provisório. Várias e várias propriedades no Paraná já foram conseguidas reintegração de posse, os sem-terras muitas vezes não saíram, hoje estão com a propriedade como posseiros, porque não são proprietários após oito anos de ocupação, chamada emancipação na terra, quando eles têm condições de sobreviver por si próprios é que ganham o título definitivo depois de oito anos. Várias dessas propriedades tiveram mandado de reintegração, com negociação os sem-terra saíram, depois voltaram e tiveram a propriedade efetivamente colocada ao seu dispor, e outras à própria polícia foi lá e desalojou, e também ficaram com a terra.

Aonde a terra é considerada sem função social a reforma agrária sai, e a violência, quando é articulada, ela é absolutamente gratuita como aconteceu recentemente com a manifestação dos Srs. Deputados que defendiam os fazendeiros aqui, se intitularam da Bancada Ruralista, que defenderam, que o tinha que ter uma atuação forte com relação as terras ocupadas, que resultou na primeira vítima que foi a morte do meu amigo particular, Anguino, lá na região de Querência do Norte, que um pistoleiro atirou, e aí teve que ter interferência Federal para poder fazer a investigação dos fatos. E está agora comprovado, a pessoa, os três que atiraram, têm ligação com os fazendeiros.

O que nós assistimos recentemente patrocinado pelo Governo do Paraná foi de uma desumanidade descabida, nós sempre nos propusemos a ir negociar e nós falamos a uma comissão de direitos humanos da Câmara Federal, nos colocávamos à disposição do Governo Jaime Lerner para

negociar a saída das famílias das fazendas sem truculência. Mas o governo do Estado do Paraná, a título de cumprir uma ordem judicial, não a lei - ordem judicial não exatamente exaurir a lei -, porque lei é do Parlamento. A ordem judicial é provisória, como o mandado de segurança. Para cumprir essa ordem judicial se fez descumprir a lei, porque foi de madrugada.

Crianças chorando foram tiradas do barraco, separadas dos pais, foram provocadas com ameaças pela polícia e por jagunços, emprestados das fazendas. O Estado do Paraná, além de mascarar a polícia, se associa a jagunços, não forma uma ação de despejo, legítima do ponto de vista da polícia, mas uma ação de caça aos sem-terra. Porque quando há despejo a ação do estado tem de ser visível. Quando não se sabe que é, porque o Estado está encapuzado ou disfarçado, de madrugada, porque a legislação diz que tem que ser de manhã, tem que ser identificado qual é o Estado que está perseguindo. Qual é a cara do Estado do Paraná? É a cara dos encapuzados? É a cara dos jagunços? Tem que ser a cara da cidadania, da lei e da ordem.

Nós, Deputados da Comissão de Terras, já manifestamos aqui que queremos negociar e colocar isso para discutir. O que não queremos é ouvir choro de criança de madrugada.

Assisti a um filme em que o Major Neves comandando uma operação, reuniu quatro ou cinco grupos diferentes da Polícia Militar e um dos grupos foi à frente e atirou contra a própria corporação, para provocar uma situação calamitosa, dizendo que os sem-terra estavam atirando. Essa é uma tática importante que a Polícia do Paraná está usando sanguinariamente.

O Governo Jaime Lerner tem que ter a responsabilidade porque é o comandante maior da Polícia Militar do Estado do Paraná. O Governo Jaime Lerner tem que responder à Nação Brasileira, ao Governo Federal, à Comissão de Direitos Humanos, à Câmara Federal, por que a polícia anda encapuzada, não tem o nome e usa de métodos truculentos de guerra para tirar os sem-terra, que estavam em todos os momentos dispostos a conversar.

Não queremos ouvir choro de crianças e velas presas. Essa é a requisição que fazemos, E por isso, queremos, que aqui na Assembléia, sim, haja uma comissão que vá verificar já. A imprensa não teve a oportunidade de acompanhar a retirada. Por que a imprensa não pôde acompanhar? Por que a imprensa livre do Estado do Paraná e diga-se de passagem tem sido benevolente com o governo, que está deixando passar recursos abusivos, salários atrasados, compromissos de campanha atrasados etc.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vossa Excelência tem mais dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. IRINEU COLOMBO

Concedo um aparte do Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Escuto o seu pronunciamento, Deputado Irineu Colombo, quando o Senhor coloca posições que estão na sua maneira de pensar. Mas uma boa parte das suas colocações são contra lei.

Defendemos a propriedade produtiva, que é aquela que cumprindo a função social, que está dentro dos parâmetros de avaliação do INCRA, órgão este ligado ao Governo Federal, e que aponta se a propriedade é improdutiva ou produtiva.

Quero saudar a Polícia Militar pela ação limpa, clara, transparente e sem violência que fez junto a essas propriedades produtivas, que tem na propriedade, pessoas que produzem e que dela vivem e que estavam se tornando mais um sem-terra. Que num futuro próximo iria encorpar e engordar essa fileira do Movimento sem-terra, liderados numa boa parte pelo seu partido. Os líderes do seu partido que tentam usá-lo com uma massa de manobra, para tentar desestabilizar, muitas vezes, os governos que aí estão.

A lei foi cumprida: a propriedade produtiva foi entregue àquele que realmente faz dela produtiva e não mais a baderna que virou. Fico triste de ver pelos meios de comunicação o que assisti, a forma pela qual as pessoas que se retiraram da propriedade e deixaram aquelas propriedades lá no Sudoeste. Tratores roubados, várias cabeças de gado sendo abatidas, dentro da propriedade, plantações de soja, que o pessoal do movimento, aqueles que estavam ocupando não deixaram os proprietários entrarem na propriedade para poder usar os herbicidas para deixar produtiva a plantação de soja que ali existia, e uma série de outras denúncias que nós vimos pelos meios de comunicação, que tornaram pública no nosso Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO

Podemos debater o dia inteiro sobre reforma agrária. Quero dizer que fico tranqüilo para discutir isso, a produtividade da terra é apenas um item da função social, se tenho trabalho escravo, por exemplo, e mesmo que seja altamente produtiva a propriedade será desapropriada, sim, para fim de reforma agrária!

Agora, se o Estado é tão transparente nos planos de desocupação, primeiro, por que não convidou a Comissão de Terras, a Comissão de Direitos Humanos, a CPD, movimentos ligados à igreja e tantos outros para acompanhar? Por que a imprensa

não pôde acompanhar? Imprensa que está tão benevolente com o Governo do Estado do Paraná, até agora, com relação a tantas outras coisas? Por que o Governo se esconde, numa operação policial gigantesca, como esta?

Evidentemente se houver roubo, se alguma falta houver tem que ser investigada pela polícia. Tem que ser denunciado sim! Não somos compactuadores, sa-quearam e nós somos coniventes com isso, não! Queremos reforma agrária, sim, e defendemos ocupação como um método, a ocupação pacífica como método de provocação da reforma agrária. E quem diz isso não sou eu, é a história que diz isso porque a reforma agrária aconteceu através da ocupação pacífica e a denúncia da improdutividade e do não cumprimento da função social!

E o Partido dos Trabalhadores jamais tem negado que apóia o movimento sem-terra e apóia o movimento da reforma agrária. Temos, cá e lá, posições contrárias e alguns métodos mas queremos dizer que seremos defensores da reforma agrária e queremos sempre transmitir a vontade do diálogo, a vontade da ação sobre a truculência, sobre a ação policialesca e que deixa criança sem lugar.

Qual é a preocupação humana do Governo Jaime Lerner? Cadê o governo humano? Onde estão aquelas crianças que estão chorando de fome? Onde estão aquelas mães, cadê? Onde estão os R\$200,00 que sumiram da carteira do agricultor que é desempregado na cidade e desempregado no campo? Onde está essa gente? Cadê o lugar que o Governo Jaime Lerner reservou para esta gente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Infelizmente o seu tempo acabou.

Ainda no Horário das Lideranças concedo a a palavra ao Deputado Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Mesa diretiva, nobres Pares.

Primeiramente quero cumprimentá-lo pelo seu regresso à Presidência desta Casa. Todos estamos felizes, V.Exa. passou por uma cirurgia delicada, uma angioplastia e hoje, graças a Deus, está no nosso meio: não estou mais feliz, Presidente, porque o senhor está com o cigarrinho aí, e isso faz mal, o senhor sabe.

Quero parabenizar também o nosso companheiro, Nelson Justus, que dirigiu os trabalhos desta Casa com serenidade, produtividade e companheirismo.

Sr. Presidente, nós estamos ocupando o horário do PPB para falarmos o seguinte: - os jornais, de hoje, estão estampando, em manchetes os problemas que envolvem os acidentes de trânsito, não só na capital do Estado como em todo o Estado do Paraná.

A Folha do Paraná de hoje, diz: "Jovens do sexo masculino são recordistas em acidentes".

O Jornal do Estado diz: "Campanha deve unir sociedade pela paz no trânsito".

Sem trabalho de educação do motorista não traz resultados, os especialistas afirmam isso. Se o trânsito não sofrer uma modificação radical, se a educação não imperar, de nada adianta multa e tudo mais. Outro jornal de Curitiba, Jornal do Estado, diz hoje: "trânsito mata mais que assassinos". De janeiro a março deste ano, diz o jornal, 71 pessoas morreram em acidentes, 62 foram assassinadas em Curitiba. Quer dizer, o trânsito está mais rápido no gatilho do que o próprio revólver. E assim vai.

O Jornal Gazeta do Povo de hoje diz: acidentes provocam 12 mortes em rodovias. A Gazeta também diz no jornal de domingo, dia 09 de maio: homens, entre 25 e 34 anos, causam mais acidentes. É uma pesquisa feita pelo BPTRAN, com 4.273 motoristas que se envolveram em colisões nos três primeiros meses deste ano.

Então, vejam os senhores: os jornais estão fartos de notícias dessa ordem. Os Senhores Deputados têm feito movimentos aqui preocupados com multas, com violência no trânsito. E nós, nobres Pares, achamos oportuno podermos fazer renascer um projeto de lei que já foi votado nesta Casa, já foi aprovado por esta Casa de Leis e infelizmente foi vetado pelo Governo anterior. É um projeto de autoria do atual Secretário de Transportes, engenheiro Heinz, que imprimia o seguinte: "Projeto de Lei 3389 de 1991, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decreta: fica decretada a obrigatoriedade da instalação da disciplina da educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Acompanhava, nesta época, os Deputados: Plauto Miró Guimarães, Domingos Carvalho, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Neivo Beraldin, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Valdir Rossoni, Emília Belinatti, Cezar Silvestri, Edson Silva Lino, Albino Coraza, Élio Rusch, Nilton Barbosa, Eurides Moura, Durval Amaral e Dobrandino da Silva.

Vejam Senhores, nós vimos um artigo do Secretário Heinz na semana passada, dizendo que ele entrou com esse projeto, foi aprovado pela Assembléia, mas o Governador, na época, Roberto Requião, vetou. E nós achamos por bem trazer novamente à apreciação de V.Exa. esse projeto de lei, para que desta vez, vamos ver se temos mais sorte e eu espero que sim, para que possamos aprovar na Assembléia e ter a sanção pelo Governador Jaime Lerner.

Os Senhores sabem que nós fazemos a nomenclatura da legislação administrativa do Estado. Nós Deputados, somos responsáveis pelo ordenamento jurídico que trata da conduta dos órgãos públicos do Paraná. vivemos esse momento de deterioração de trânsito de todo o Estado, e que as penalidades não estão sendo suficientes para banir ou para pelo menos atenuar os acidentes de trânsito. Os Senhores sabem disso, que a cada ano, uma estatística ganha do outro ano, e assim sucessivamente. Nós, que somos homens conscientes e os senhores já aprovaram essa Lei - eu faço esse apelo, nós estamos com a pauta em aberto para receber sugestões dos companheiros, para no caso de enriquecer esse projeto de lei...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Deputado, a volta desse projeto é de fundamental importância para os nossos filhos.

Mas aqui no Parlamento, quando o senhor vem para cá, o senhor vem com uma série de sonhos, de ideais, uma vontade imensa de transformar o mundo.

Quando aqui cheguei, há alguns anos atrás, já estou no 5º mandato da minha vida pública, este projeto foi aprovado por essa Casa, depois foi vetado pelo Sr. Governador; foi na época do Governador Requião. Nós entramos também com outros projetos, pedindo a formalização da educação sexual, orientação sexual nas escolas. Eu que passo a minha vida no combate às drogas, a orientação também para as nossas crianças sobre drogas. Faço uma série de palestras, já fiz em Maringá, faço em várias cidades onde sou convidado. Recebi de um amigo uma pasta totalmente fechada tipo "007", que se diz, e nessa pasta vinha tudo o que o senhor possa imaginar de drogas. A minha senhora traduziu do inglês para o português, e imprimi aqui na gráfica da Assembléia, pedi permissão à Casa, imprimi o que continha a maleta sobre todas as modalidades de drogas cocaína, heroína, papoula, flor da maconha, o que o viciado usava para se picar, tudo o que você possa imaginar tinha na maleta. E essa maleta, meu caro Deputado, ela é distribuída nos Estados Unidos, o governo distribuí essa maleta em todas as escolas americanas. Todas as escolas americanas, eu que tenho a mania e o hábito de me corresponder com essas embaixadas, receber dessas embaixadas documentários sobre penitenciárias, sobre o sistema de segurança, sobre o trabalho de drogas. Essa maleta tinha uma psicóloga, uma assistente social, uma pessoa capacitada, um professor na área de toxicologia. ele dava aula com aquela maleta. Pedi, na época encaminhei a maleta ao Governo. Tive uma audiência no Hotel Bourbon com o Embaixador dos Estados Unidos aqui em São Paulo, fui conhecê-lo. E pedi que ele doasse para nós essas

maletas. Disse que iria estudar, ia ver, etc... você sabe aquele papo furado.

Fiz um projeto, encaminhando, pedindo ao Governo que também comprasse essas maletas, custava barato, importasse essas maletas, traduzisse para o português para que nossos filhos não se tornassem cadáveres ambulantes, as nossas filhas não vendessem o corpo, não fossem prostitutas mercantilistas para a compra das drogas. Confesso a V.Exa, meu sonho caiu por terra, foi vetado, não tem dinheiro, nunca tem dinheiro para se fazer nada. É difícil! Mas olha vou lutar com V.Exa., com o seu sonho, o senhor vem da nossa cidade canção, com essa vontade imensa de brigar, de lutar de defender V.Exa. fez uma estatística impressionante, que eu fiz a semana passada no meu programa de televisão. O trânsito hoje mata mais do que a bebida alcoólica, mata mais que as drogas e qualquer tipo de crime. O trânsito hoje, mata mais no Brasil e no mundo, do que qualquer outra forma de violência. mata mais do que as drogas, que a cocaína, que a bebida alcoólica, mata mais que a violência no lar, do marido contra a mulher ou da mulher contra o marido.

Então estou com V.Exa. é um sonho, vem em boa hora. Conte com nosso apoio, vamos lutar, vamos debater isso em plenário e vamos fazer com que realmente não só essa sua proposta, mas as minhas que eu tenho, os meus sonhos ainda que não estão envelhecidos, que o governo abra. Não podemos ficar num país de 3º, 4º, 5º mundo, temos que caminhar para um país de 1º mundo.

Quero dizer a Vossa Excelência, o Governo Federal, quero até parabenizar o Governo Federal, Vossa Excelência tem assistido, todos os dias tem propaganda na televisão orientando. E a propaganda que mais me chamou a atenção é aquela que aparece a geladeira do IML e colocam o cadáver. Aparece o cadáver entrando na geladeira do IML, após um acidente de trânsito.

Então conte com o meu apoio, Deputado, conte com o apoio deste Parlamento, porque realmente é necessário que os nossos filhos aprendam na escola que o trânsito é um assassino em potencial, principalmente aquele que não sabe dirigir.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero agradecer o aparte do ilustre Deputado Alborghetti, que com um raciocínio bem prático e lúcido, enriqueceu a nossa matéria.

Então, está em aberto o nosso projeto como vinha dizendo, quero deixar os outros nobres Pares que queiram trazer sugestões. Vamos ver, Sr. Presidente, que consigamos aprovar este projeto e consigamos também que o Governador, já para o próximo ano, coloque no currículo escolar de 1ª a 4ª série matéria obrigatória de Educação no Trânsito.

Acredito que assim estaremos pelo menos fazendo a nossa parte, tornando obrigatória esta matéria.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Quando for tirar a carteira de motorista já está preparado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Exatamente Alborghetti. Hoje os acidentes de trânsito em grande parte é atropelamento, também. Porque não é só aprender a dirigir, é saber andar nas ruas, nas avenidas. Se defender os carros mortíferos, aí.

Muito obrigado, Senhor Presidente, nobres Pares, estou feliz com essa adesão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, no dia de hoje venho a esta tribuna, para aqui, falar de uma ação tão cobrada, tão cobrada pela sociedade paranaense, tão cobrada por nós Deputados, na Assembléia Legislativa, principalmente aqueles que compõem a Bancada Ruralista e os demais membros, preocupados com o bem, preocupados com as ações do Governo do Estado.

Quero saudar a ação da Polícia Militar do Paraná, do Secretário de Segurança, com relação ao cumprimento do mandado judicial, de reintegração de posse de várias propriedades no Estado do Paraná. Seis fazendas lá na Região de Querência do Norte.

Fazendas produtivas foram desocupadas por uma ação sem violência, uma ação clara transparente da Polícia Militar do Estado do Paraná. E a todos esses quero aqui deixar, da Bancada Ruralista e em meu nome também, os parabéns, pela maneira como todos esses se conduziram fazendo com que as áreas fossem desocupadas retornando os seus proprietários sem problema algum.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, encaminhamos na Assembléia Legislativa, no dia de ontem, um requerimento pedindo para que seja montada uma Comissão Especial, para que possamos num grupo de vários Deputados, de vários Partidos, deslocarmos até essas propriedades lá em Querência do Norte, que formam desocupadas pela Polícia Militar e, ao mesmo tempo poder fazer avaliação dos prejuízos que foram causados nessas áreas.

Vejo aqui no Jornal do Estado, no dia de hoje uma matéria que deixa claro uma parte dos prejuízos que lá existiram. Esta aqui a fazenda Florão, lá em Querência do Norte, do proprietário Sr. Claudio

Ártico (?), que fala que ele teve um prejuízo de 60 cabeças de gado, que de lá foram consumidas e roubadas por todos aqueles que estavam de posse da área. Da fazenda Bandeirantes foi consumido e desaparecido trezentas cabeças de gado, valor estimado em 500 mil reais, foi prejuízo nessa propriedade.

Na Fazenda São Francisco, onde um trator de lá se perdeu, insumos, uma casa de madeira, implementos, a safra de soja que lá estava plantada, conseguiram fazer com que ela não produzisse, porque as tentativas culturais que tinham que ser dadas, não foi possível, porque os integrantes do MST não deixaram com que o proprietário entrasse e pudesse fazer os tratos culturais.

Também na propriedade Irmã Maria, também teve um prejuízo significativo. Criava 600 cabeças de gado quando foi invadida e teve uma perda de mais de 100 cabeças com aqueles que ali estiveram tomando conta da sua propriedade, durante um determinado pe-ríodo.

É contra isso que somos. Exigimos e cobramos o cumprimento da lei, porque toda propriedade que está cumprindo a sua função social e é claro que quando se fala em função social, quer dizer que é uma propriedade produtiva. Sendo produtiva, está cumprindo a sua função social e desta forma, a Constituição diz que a área não está sujeita a reforma agrária e destas seis propriedades desocupadas, todas eram produtivas e a Polícia Militar cumpriu o seu papel. O Secretário de Segurança em uma ação ampla, com grande número de pessoas, conseguiu desocupar todas elas sem que houvesse um atrito.

É desta forma que defendemos a ação do governo, a ação do Poder Judiciário e da Polícia Militar, para fazer com que aqueles que realmente produzem na propriedade e que são proprietários rurais, e tornam as suas propriedades produtivas, tenham nela, a garantia de continuar produzindo num futuro afora.

Espero, Senhor Presidente que, dentro dessa avaliação...

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Em um minutinho.

... que essa comissão que vai visitar essas propriedades, possa analisar pessoalmente a realidade que aconteceu, tudo aquilo que foi roubado e desapareceu, prejuízos que tiveram, para que possamos relatar para a opinião pública, o que realmente aconteceu porque vemos ações e divulgações do MST, acusando a polícia de violência e que pessoas sofreram ação direta da polícia, onde a polícia veio usando força e violência para desocupar todas essas

propriedades. Quero dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados que é isso o que queremos. É isso o que as pessoas de bem querem: ação clara, concreta e decisiva da polícia cumprindo a lei e fazendo com que as propriedades produtivas retornem aos seus proprietários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, com apoio do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 181/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 181/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.05.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 188/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Salgado Filho. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 188/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salgado Filho, com sede no Município de Salgado Filho e foro no Município de Barracão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.05.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 196/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Kaloré. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 31, de 22.04.99)**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro na Cidade de Mariópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, Bairro Jardim Graciosa, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Assistência à Criança Excepcional Carente - ABECEC, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 32, de 26.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Assistência à Criança Excepcional Carente - ABACEC, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que dispõe que os critérios tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadia do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 26, de 14.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 172/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo dispor que os créditos tributários devidos em decorrência da Legislação do IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadias do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 172/99

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Ricardo Chab, objetiva dispor que os créditos tributários devidos em decorrência da Legislação do IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadias do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, conforme específica.

Sobre tal propositura observamos existir o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de acordo com o Art. 33, § 3º do Regimento Interno, observamos que nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 172/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, tem por finalidade dispor a que os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes.

A proposição já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e, também, pela Comissão de Finanças, recebendo de ambas pareceres favoráveis, o que demonstra estar correto constitucionalmente e regimentalmente, e que apresenta méritos indiscutíveis. Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública entende que será da maior amplitude os efeitos da legislação ora proposta, com benefícios tanto para os contribuintes, como para os Cofres do Estado, que terá como receber os créditos tributários devidos.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 172/99, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.05.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Antes de encaminhar a votação do projeto que o Plenário vai apreciar, gostaria só de registrar, aqui, que estou feliz em ver o Presidente em forma novamente para comandar a Casa.

Mas gostaria aqui de encaminhar a votação deste projeto porque acho de extrema importância. A proposta do meu projeto é o parcelamento do IPVA atrasado até o ano passado em 12 vezes, o parcelamento também das multas em 12 vezes até o ano passado, e também a estadia do DETRAN, e quero ir por partes.

Primeiro, até quero sugerir para a Casa, para que esta Casa repense a questão da cobrança da diária de 7 Reais e 10 centavos por dia, por parte do DETRAN e das CIRETRANS, para deixar os veículos apreendidos ao relento, sem cuidado nenhum.

Todos sabemos que o automóvel muitas vezes representa o patrimônio de uma família. E o carro fica lá ao relento mesmo, porque o cidadão não consegue pagar. Na verdade, isso dá quase dois salários mínimos no mês, para o carro ficar ao relento e o cidadão tendo o seu bem depreciado.

Gostaria até de sugerir aqui, para o Plenário desta Casa, que para a frente, a Assembléia discutisse, qual a melhor maneira para se manter um carro apreendido sob o poder do Estado, sob o poder de um órgão do Estado.

Mas, vou mais além. temos discutido, a imprensa tem pautado as suas páginas de jornais, as emissoras de TV, as emissoras de rádio, nós temos discutido com profundidade a questão disso que a gente nominou aqui na Casa de "Indústria da multa". É algo muito mais sério do que a gente aqui possa pensar.

Bom! Vamos começar lá do primeiro passo do Código Nacional de Trânsito. A discussão inicial do Código Nacional de Trânsito qual foi? Foi que o Código de Trânsito viria para educar, para fazer a prevenção e acima de tudo da educação, da prevenção à orientação.

Na verdade, acho que o poder público esqueceu-se da orientação, esqueceu-se da educação e da prevenção e passou a criar arapucas eletrônicas para poder pegar, não o motorista infrator, mas para pegar aquele cidadão que na verdade, comete o chamado erro involuntário.

Pergunto aqui para esta Casa: Qual é a velocidade que a gente pode transitar por uma

avenida importante, como a Avenida das Torres? A velocidade que o poder público diz para a gente é de 60km por hora, porém há na mesma avenida lombadas eletrônicas de 30km por hora.

Então, isso na verdade, cria uma confusão no cidadão. E vou mais longe. Qual a velocidade limite que a gente pode transitar pelas rodovias pedagiadas pelo anel de integração. Há placas que diz que o automóvel pode transitar a 110 por hora.

Agora, Deputado Alborghetti, o Senhor conhece muito bem. De Mauá á Londrina qual é a velocidade? Oitenta quilômetros por hora. Então, na verdade, mais uma vez isso vem trazer ao cidadão um prejuízo terrível. Terrível por que? Ele pratica o denominado erro involuntário. Ele acaba incorrendo numa infração, sem que tenha concorrido para que isso aconteça. Por que? Porque a desinformação é muito grande. E vou mais longe agora.

Quero aqui entrar numa outra questão aqui em Curitiba. E isso a Assembléia tem que discutir com profundidade. A questão do DIRETRAN. O DIRETRAN, de repente está aí hoje estabelecendo a fiscalização, o controle do trânsito em Curitiba.

Ora, é inconcebível pensar gente, que o DIRETRAN, que uma agente fiscal do trânsito do DIRETRAN notifique qualquer um dos senhores e vocês irão recorrer àquela notificação do agente do DIRETRAN, lá mesmo no DIRETRAN.

Então, o órgão que tem o poder de polícia, é o órgão que tem o poder de juiz, é o órgão que tem o poder de julgar. Isso é inconcebível num mundo democrático, e vou mais longe.

Ora, então quando o DIRETRAN acata um recurso de um cidadão que foi multado nas ruas de Curitiba, teria que o DIRETRAN imediatamente demitisse o agente de trânsito, por que? Porque ele é incapaz, ele é inconseqüente, ele é irresponsável ele notificou alguém indevidamente.

Então, eu recebo diariamente na Assembléia, aqui no meu gabinete, lá na televisão, lá na Rádio Cidade, mas olha diariamente. Pessoas aflitas, apavoradas, que estão vivendo à margem da lei, porque não querem viver à margem da lei.

Vivem à margem da lei por que? Porque não tem o dinheiro para poder quitar o IPVA atrasado, porque o valor da multa é alto com relação ao ganho principalmente do autônomo.

Então, a Assembléia, na verdade, aprovando este projeto, vai dar chance para que: primeiro, o poder público repense a sua atitude da indústria da multa, o poder público repense e volte lá atrás no início do Código Nacional de Trânsito que é a educação, a orientação e a prevenção.

Acho que Curitiba, as grandes cidades, todas elas, estão monitorando as suas ruas de maneira ilegal, até porque a sinalização é realmente precária. Então, nós aqui no Parlamento, a

Assembléia vai devolver ao cidadão o seu direito de cidadão de quitar um débito que tem para com o estado e usar o seu carro para o trabalho. Hoje temos cerca, segundo informações extra-oficiais que recebi, perto de 20 mil veículos apreendidos nos pátios dos DETRANS, Polícia Rodoviária Estadual e nas CIRETRANS de todo o Estado. É um índice altíssimo para um estado como o Paraná. E a cada dia que passa mais caro fica para o cidadão retirar.

Então, gostaria de convidar todos os Senhores e contar com o apoio de cada um de vocês, porque é importante para o cidadão paranaense, para que ele possa ter o seu automóvel na mão, poder trabalhar e poder pagar. Na verdade, o estado é que será o grande beneficiado com esse projeto, porque nós vamos abrir os cofres do Estado para que ele receba os impostos atrasados. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Sobre a mesa Requerimentos nºs 888 e 889, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 891, de autoria dos Srs. Deputados Durval Amaral e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 880, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação.
12 aprovam. 25 rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 881, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação.
12 aprovam. 25 rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 882, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação. 12 Aprovam. 25 Rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 855, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e Luiz Accorsi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente. Diz o bom senso que há que se compreender que quando existe, como existe de fato, na Assembléia Legislativa uma Comissão permanente para tratar de assuntos inerentes ao assunto pleiteado pela proposição, não existe argumentos que possam justificar a criação de uma comissão especial.

O regimento interno da Assembléia, no seu artigo 33 parágrafo 8º diz que a Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização. No artigo 34 também fica claro que a comissão de terras tem todo o amparo legal para dar o encaminhamento nas questões ligadas à questão da terra.

E, se é uma comissão de sete membros, aqui diz também que os partidos com representação neste Poder terão que indicar os Deputados. Quer dizer, faremos uma comissão quase que idêntica, porque se o PMDB, o PT, o PFL, o PDT resolverem indicar os mesmos Deputados da Comissão de terras faremos a mesma comissão de terras apenas com o nome diferente para comissão especial.

De forma que peço ao Deputado Plauto que não há por que criar uma comissão especial em cima de uma determinação aqui na Assembléia Legislativa preenchida pela comissão de terras, uma vez que não existe nenhuma objeção de nossa parte, eu como Presidente da Comissão de Terras de nós nos deslocarmos às fazendas que foram evacuadas pela Polícia Militar, que foram reintegradas pela Polícia Militar, não vejo, não tem nenhum motivo para que esta Comissão seja criada. Creio que o bom senso, Deputado Plauto, faz com que todos possamos fortalecer as Comissões Permanentes deste

Poder e colocamos a comissão de terras para fazer este trabalho, não só de ir lá acompanhar os serviços prestados pela Polícia Militar na reintegração de posse, como também verificar o andamento de outras reintegrações de posse, que já foram determinadas pela justiça, enfim, estabelecermos aqui o diálogo, a conversa entre as partes do movimento sem-terra, dos proprietários para buscarmos encontrar caminhos que ajudem a encontrar solução para este problema. Jamais esta Assembléia Legislativa pode trabalhar na contramão da solução, jamais podemos indicar o caminho da facção, não podemos aqui apoiar uma parte do Paraná contra outra parte do Paraná. Este Parlamento, como instituição deve se portar da maneira mais equilibrada e magistrada no sentido de buscar defender os interesses do Paraná como um todo.

Por isso faço um apelo ao ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães que retire o seu requerimento, tendo em vista que existe uma comissão permanente nesta Casa e esta comissão permanente não está se negando a cumprir o seu papel. Pelo contrário, coloca-se à disposição para fazer o trabalho necessário na conversação, na averiguação, no encaminhamento das questões como prevê o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, tenho em minhas mãos algumas informações da imprensa que faço leitura. Uma delas dão conta de que José Duarte, 56 anos, da fazenda Rio Novo, disse à polícia que estava dormindo e foi acordado aos gritos na madrugada de sexta-feira passada dizendo o seguinte: a Polícia chegou, uma da manhã, gritando: onde é que estão as armas, vagabundo? Segundo ele o policial colocou uma arma na sua cabeça e outro revistou o seu barraco e ameaçado verbalmente.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Isto não é matéria para encaminhamento. Não faz relação à matéria que foi encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Procede a questão de ordem do Deputado Plauto. Vossa Excelência deve se ater ao requerimento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Então vou adiantar. O que estou lendo faz parte de um pressuposto de raciocínio, das partes, a tese que defendo é que as partes têm que ser ouvidas. Portanto, para as partes serem ouvidas tenho que elencar por que as partes têm que ser ouvidas. Então, faz parte de um pressuposto e espero que seja acatado por Vossa Excelência.

Depois ainda disse que uma ação do grupo de operações especiais tomou uma série de ações no sentido de derrubar barraco...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Isto não é matéria, Senhor Presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Queimar produtos, barraco de lona, invadir um galpão, o que leva...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Lamento informar ao nobre Deputado que está transgredindo o Regimento Interno.

Esta Presidência tem tido a maior tolerância possível, mas estamos votando um requerimento que diz respeito a estas denúncias. Os Deputados, se aprovam o requerimento, vão verificar "in loco", o que realmente aconteceu.

Peço a Vossa Excelência que se cinja ao Regimento Interno.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, vou estar literalmente ao Regimento Interno.

O requerimento do Deputado Plauto diz que é para investigar as áreas destruídas pelos sem-terra. Estou colocando a argumentação de que há informações de que a destruição pode ser que não venha dos sem-terra, portanto está no âmago da discussão do requerimento Senhor Presidente e Senhores Deputados. O que quero com isso dizer que o requerimento ele não pode ser parcial tomando a postura de um senso; olha, o senso é que os sem-terras destruíram toda a fazenda". Tenho aqui informações vastas, vários e vários documentos em que pode aventar a possibilidade de a polícia ter feito isso. Então, para efeito de elucidar Deputado Plauto que seja não só investigado a questão dos sem-terras, senão será uma comissão absolutamente revanchista, que vai agravar a situação do campo no Paraná, e é um alerta que faço, inclusive para o desgaste do próprio Governo Jaime Lerner, a Bancada de sustentação tem que tomar isto como consequência da sua ação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há questão de ordem a decidir, vou submeter o requerimento à votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, lhe parabeno pelo retorno à Casa e a Presidência dos trabalhos, e na sua ausência inclusive usamos a tribuna naquela oportunidade para reclamar que as comissões tivesse um funcionamento, tivesse uma melhor atuação dentro desta Casa. Tenho certeza, Vossa

Excelência numa conversa anterior, e depois mesmo com o Deputado Nelson Justus, passou a fazer com que as comissões tivessem um encaminhamento, tivesse atuação. A Comissão de Agricultura e Terras tem um, é constituída para atuar regimentalmente nestas situações. Então, pediria ao Deputado Plauto, signatário do requerimento, que abrisse mão, e deixasse que um organismo da Casa, que já é constituído e que é Regimental, fizesse esse trabalho, porque estaríamos valorizando sobretudo a ação da Casa, a ação da Comissão, porque não tem porquê Deputado Plauto criarmos uma comissão paralela a comissão já existente que é constitucional, é Regimental. Então, é o apelo que faço ao Senhor Líder do Governo, ao Deputado Plauto, ao Durval Amaral, que abram mão do requerimento e que componham com seus membros do Partido a comissão para que possamos fazer esse trabalho. sou membro da Comissão de Agricultura e Terras e tenho certeza que gostaria de integrar essa comissão para fazer esse trabalho, e faria com isenção, faria com a isenção de alguém que vai para apontar possíveis excessos de um lado e de outro. A questão da agrária é exclusiva e precisamos dar o encaminhamento. Mas esta Casa precisa primeiro saber respeitar a si respeitando as comissões já instaladas. É esse o apelo que faço Senhor Presidente, e agradeço pela permissão do encaminhamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
(Para Encaminhar)

Quero deixar a todos aqueles que aqui deixaram as suas posições, dizer que essa é uma comissão especial da onde vamos analisar os estragos que houveram durante o período que as áreas foram ocupadas pelo movimento dos sem-terras, e não vou retirar Senhor Presidente, peço para que coloque em votação, e pode ter certeza que todos os Partidos estarão representados nessa comissão e juntos, de uma maneira imparcial vamos poder lá analisar, e votar, e trazer um relatório para esta Casa tornando público o que realmente aconteceu, e é isso que queremos.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não vejo nesta questão nenhum óbice que não aproveitamos esse requerimento. A Comissão de Terra pode cumprir regimentalmente o seu papel visitando as áreas e também fazendo o seu relatório, e esta comissão também pode fazer, porque quanto mais Deputados assim visitarem as áreas desocupadas melhor, porque sem sombra de dúvida esta fiscalização, este acompanhamento, que pelo o que estou vendo aqui terá da comissão de terra e terá dessa comissão especial, vai sim melhorar a atuação nesta área. E sem sombra de dúvida acredito que o está

preocupando muito aqui alguns Deputados foi a ação eficaz do Governo na questão das desocupações, não houve nada que venha desabonar a atitude da justiça.

Ouvi, agora há pouco, Senhor Presidente, algumas críticas feitas ao governo e elas foram erradas, porque essas têm que ser feitas à Justiça. Porque quem determinou a desocupação dessas áreas não foi o Governador Jaime Lerner, foi a Justiça. A lei tem que ser cumprida, se é que vivemos num País democrático.

Por isso, votamos pela aprovação do requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
(Para Encaminhar)

Senhor Presidente, quero encaminhar contra a comissão, porque o pressuposto da formação dessa comissão parcial, essa comissão parte do pressuposto que se houve alguma destruição nas terras ocupadas, a culpa é do MST. Na verdade trata-se de mais uma tentativa de incriminar o MST, como vem fazendo a Rede Globo e toda a imprensa à direitização absoluta do País e do Estado, através do domínio do grande poder da mídia.

Aos pobres não basta destruí-los, não basta jogá-los no meio da rua e mandá-los ao seu lugar de origem, é preciso transformá-los também em criminosos. Sempre foi assim na história do País.

Previamente denuncio essa comissão por parcialidade e por tentativa dessa Casa de incriminar o movimento dos pobres deste País. O que se quer fazer mais? O desemprego de milhares de pessoas; saúde não existe, as pessoas morrem nas filas dos hospitais de Ponta Grossa e em todo o Paraná. Mas isso não basta. Não basta tocar que nem gado da terra. Na calada da noite fazer sem-terra comer esterco, como foi feito em Hortigueira, meio quilo de esterco, algemá-los, agredí-los e prendê-los como bandido. É necessário colocar para a opinião pública desse País que eles são criminosos por lutar por direitos de viver.

Denuncio, Senhor Presidente, essa comissão como uma tentativa do Deputado Plauto Miró Guimarães e dos Deputados que apoiarem essa comissão de incriminar o MST mais do que já fizeram. Não é possível que transformemos como fizemos antes de 30, na política dos governadores do Brasil, a questão social era tratada como questão de polícia. Não é possível que a Assembléia Legislativa do Paraná envergonhe o povo do Paraná, tentando voltar atrás mais de 50 anos e tratar uma questão social gravíssima e séria como a questão agrária num caso de polícia. Não aceitamos e repudiamos essa atitude do Deputado.

Muito obrigado.

O SR. BRAZ PALMA

Para Encaminhar, Senhor Presidente?

(Assentimento)

Senhor Presidente, com todo o respeito ao nobre colega Péricles, esse seu procedimento não condiz com a sua formação política, tenho certeza, em fazer pré-julgamentos dessa comissão.

Faço parte da Comissão de Terras, sou vice-Presidente e estou fazendo parte dessa Comissão Especial. companheiro, o senhor ofende, quando diz que já estamos preparados para culpar o MST. Pelo contrário, todos queremos que o MST seja feliz na Reforma Agrária, que só assim teremos uma sociedade justa, dentro de um estado de direito, para irmos verificar lá junto com elementos, com companheiros do PT - temos companheiros do PT nessa comissão -, tem do PMDB. São pessoas que o senhor há de convir estão acima de suspeitas.

Gostaria que mantivéssemos o nível. Vamos todos lá. A sugestão do nosso líder Roz, de que também a Comissão de Terras participe é importante. Vamos todos! O ideal seria os 54 Deputados. O importante, senhores, é que continuemos esse movimento, porque apenas seis fazendas foram desocupadas e temos mais de 140 fazendas ocupadas. Vamos colocar ordem, fazendo uma reforma agrária séria, serena, pacífica, respeitando o direito de propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação.

Vinte e sete Senhores Deputados aprovam o requerimento. **Aprovado.** Com os votos contrários da Bancada do PMDB e do PT.

De acordo com o Regimento Interno esta Comissão é regimental mas tem tempo para durar.

Sugiro ao Plenário que seja dado o prazo de 10 dias. Senhores Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Devo também acrescentar que a Comissão de Terras não perde a sua autoridade, ela pode agir paralelamente porque é uma Comissão permanente. As Comissões Especiais são permitidas pelo nosso Regimento Interno, Artigo 35 e pela Constituição Estadual, artigo 62.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Questão de Ordem**)

Apenas fazer um comunicado à Casa que aproveitando já o debate que está em torno das

Comissões, amanhã pela manhã, às 10 horas, teremos uma reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, onde fazendo valer esta premissa, nova cara da Assembléia, e podendo discutir os projetos com profundidade, os problemas da Educação, estou convocando os senhores membros da Comissão e convidando os demais Parlamentares que façam presença.

Estaremos discutindo o problema do aperfeiçoamento dos professores com relação aos professores que fizeram especialização e seus diplomas não estão sendo reconhecidos pela Secretaria da Educação e também outros assuntos em pauta, além dos projetos que estão tramitando nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Comissão Especial que será designada pelo Presidente será anunciada pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Por determinação do Senhor Presidente, anunciamos a Comissão:

- Deputado Luiz Accorsi, do PTB;
- Deputado Miltinho Puppio, do PSC;
- Deputado Divanir Braz Palma, do PPB;
- Deputado Plauto Guimarães, do PFL;
- Deputado Edno Guimarães, do PL;
- Deputado Hermes Fonseca, do PT;
- Deputado Antonio Annibelli, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento nº 705, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 858 e 859, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 860, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 863 e 876, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 864, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 865 e 866, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 867, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 870 a 874, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 875, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 879, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 883 e 885, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 886, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 890, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 602, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, já foram prestadas as informações ao Deputado Neivo Beraldin, na semana anterior. Se permanecer o requerimento, peço à Bancada de Apoio ao Governo que o derrubemos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o requerimento.

Rejeitado.

A pedido do Deputado Litro, a Mesa anuncia a presença, em plenário, do Vereador de Dois Vizinhos, Francisco Pereira; do Vereador Antoninho Bevilacqua e amigos do Bairro Vitória, de Dois Vizinhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 172 e 199/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 051, 073 e 176/99;

e dos Projetos de Resolução nºs 010, 011 e 012/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MAIO DE 1999.

“CARTA DE CURITIBA

Abril de 1999

Integrantes do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

DECLARAÇÃO AO POVO BRASILEIRO E, EM ESPECIAL, ÀS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA DO PAÍS

O Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, reunido no XIX Encontro Nacional de Comandantes Gerais, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, unanimemente, decide declarar que:

1. Urge o estabelecimento de uma Política Nacional de Segurança Pública e elaboração de um Plano Nacional de Segurança Pública com a participação dos subsistemas Policial, Defensoria, Ministério Público, Judiciário e Penitenciário, face a interdependência das atividades neles desenvolvidas e, ao mesmo tempo, integrando os esforços da União e Unidades da Federação na resolução dos problemas da área. A soma de esforços, no plano estadual, passa pela indispensável integração das organizações policiais para uma melhor prestação de serviços à população, sendo absolutamente inconveniente a unificação das mesmas.

2. O respeito aos Direitos Humanos e à dignidade das pessoas é compromisso das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, como agências de defesa e proteção da vida e da integridade do cidadão. Em decorrência desse dever funcional, essas organizações implementaram parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, desenvolvendo o Programa de Treinamento em Direitos Humanos que está se realizando em todas as Polícias Militares brasileiras.

3. Segurança Pública, quando não é a primeira, normalmente está entre as três principais aspirações do cidadão brasileiro. Essa realidade exige que, de forma correspondente, haja investimentos que permitam valorizar o policial militar e o bombeiro militar, possibilitando-lhes melhor responder à crescente e já excessiva demanda por serviços de segurança pública, que ameaça superar a capacidade de atendimento desses órgãos especializados.

4. Há grave apreensão pela escalada da criminalidade e violência urbana e rural, cujas causas devem ser trabalhadas por outras políticas públicas (não só a de segurança pública que atua sobre os efeitos) e que, por isso, está a exigir ação conjunta do poder constituído com vistas a evitar consequências danosas à vida social e ao Estado Democrático de Direito.

5. As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, representados por mais de 50.000 profissionais, são os mais autênticos e legítimos órgãos de defesa e proteção social, pois, para a maioria da população o policial militar e o bombeiro militar constituem-se, não só no agente público mais visível, mas também no único acessível com um simples aceno ou telefonema, sem burocracia de qualquer natureza ou custos adicionais.

6. A Ética Profissional permanente apanágio dos militares estaduais, está sendo fortalecida com a aprovação pelo Conselho, em 1998, do Regulamento de Ética Profissional que, atualmente, está implementado por Decretos do Executivo em diferentes Estados da União.

7. A formação e o preparo técnico evolui, com a aprovação dos Currículos Básicos para os Cursos de Formação Profissional e com a exigência de 2º Grau para ingresso como Soldado de Polícia Militar ou de Bombeiro Militar, na maioria das Unidades da Federação.

8. Torna-se urgente e necessária a revisão e atualização das Leis Penal, Processual Penal e de Execução Penal, comuns e militares, adequando-as à realidade presente e possibilitando maior eficácia ao funcionamento dos aparatos policial, de justiça e prisional, em benefício de toda a população.

9. O combate à criminalidade e à impunidade exige atuação dinâmica dos órgãos de Defesa Social. Nesse sentido, os interesses da população são melhores atendidos com a interpretação do artigo 69 da Lei 9099/95 (Juizados Especiais), de que **'autoridade policial também é o policial de rua, o Policial Militar, não constituindo, portanto, atribuição exclusiva da Polícia Judiciária a lavratura de Termos Circunstanciados'**, conforme manifestado na Carta de São Luís do Maranhão, no XVII Encontro do Colégio de Desembargadores Corregedores Gerais de Justiça do Brasil, em 05 de março de 1999.

10. No interesse da população brasileira, as Polícias Militares intensificarão as ações regionais contínuas e integradas nas divisas dos Estados e nas fronteiras, visando defender o cidadão das ações de quadrilhas e do crime organizado ou semi-organizado que atuam de forma itinerante, sem respeitar limites de origem legal e geográfica.

11. As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares reiteram as sugestões no sentido de regulamentar o parágrafo 7º do artigo 144, da Constituição Federal: criar, por lei, um Fundo Nacional de Segurança Pública, assim como ampliar a atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, postuladas nas Cartas de Foz do Iguaçu (Agosto/97), Recife (Abril/98) e Belém (Agosto/98), todas de competência da União e até hoje não implementadas.

CONCLUSÃO

Os integrantes do Conselho Nacional de comandante Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, cômicos de seus deveres como dirigentes de Instituições que são, em realidade, **agências públicas de socorro e proteção comunitária**, e preocupados com que seus comandados prestem um serviço cada vez melhor à população brasileira, tomaram as deliberações acima e, para conhecimento das autoridades e da sociedade, editam a presente Carta.

Curitiba, Paraná, em 09 de abril de 1999.

(aa) LUIZ FERNANDO DE LARA, Cel. PM/PMPR
Presidente

BENJAMIM FERREIRA BISPO, Cel. BM/CBMDF
1º Vice-Presidente

LUIZ GONZAGA DA SILVA DUTRA,
Cel. BM/CBMPE

2º Vice-Presidente
FAUSTINO A. GONÇALVES NETO, Cel. PM/PMPA
Coord. da Regional Norte

FRANCISCO MAURO A. BENEVIDES,
Cel. PM/PMCE

Coord. na Regional Nordeste
ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA, Cel. PM/PMDF

Coord. da Regional Centro-Oeste
RUI CÉSAR MELO, Cel. PM/PMSP

Corrd. da Regional Sudeste
WALMOR BECKES, Cel. PM/PMSC
Coord. da Regional Sul

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 053/99

prover, ANTÔNIO FECCHIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/99

I - prover, ÂNGELA SCARPIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, TATIANA FARACO BENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/99

I - prover, ESTER COSTA VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/99

I - exonerar, a pedido, MARIA RODRIGUES ABELHA BOTARO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

II - prover, NILZA SANTOS AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, MASAO TAKECHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, FLÁVIO JOSÉ DE FREITAS FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, AUGUSTO CARLOS KIRCHNER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, LAURO FERREIRA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, MARCO ANTÔNIO SANTOS OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, AMÉLIA BEATRIZ BARBOSA RIGLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IX - prover, EDUARDO LOPES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/99

exonerar, a pedido, THEOTÔNIO ROLIN DE MOURA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo

1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/99

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

DAS-2 - CARLOS EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA

DAS-5 - ARISTOCLETO JOSÉ PORTELA

2GP-5 - GILSON MENDES DE GENARO

1GP-5 - ORLANDO ZULATO

2GP-4 - TELMA REGINA BUENO DE MORAIS

2GP-3 - VILMA ELAINE CRESKIU

2GP-1 - MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA

2GP-1 - MÁRIO HARUO NOGAWA

1GP-1 - ROSANA DE OLIVEIRA

1GP-1 - NEWTON SOARES DO NASCIMENTO

1GP-1 - BENEDITO HENRIQUE SARTO

II - prover, AFONSO CELSO BARREIROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, José Felipe Alves, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - GILSON MENDES DE GENARO

1GP-5 - AUGUSTO RENÉ BRUEL

1GP-5 - RICARDO SAIS

1GP-4 - TELMA REGINA BUENO DE MORAIS

1GP-4 - VERA LÚCIA DA SILVA

2GP-3 - KELIN FABIANA SOARES DOS REIS

1GP-3 - ALBERTO RENÉ BRUEL

2GP-1 - JANETE MENDES DE GENARO

1GP-1 - MARIA APARECIDA DIAS PERES

1GP-1 - OSMILDA MARIA CASAGRANDE DE FREITAS

2GP-1 - CLEUMARA LOBO OLIVEIRA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/99

I - exonerar, a pedido, REGINA DO ROCIO TISSI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

II - prover, MARIA ELIZABETE BETINARDI GUENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - exonerar, a pedido, DENISE MARIA SCHEFFER DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

IV - prover, ELAINE REGINA BERALDIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 060/99

prover, ADILSON VICENTE DE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 3ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/99

I - exonerar, a pedido, TALMAI ZANINI JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1 do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, ALDA SILVA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - exonerar, a pedido, EMÍLIO MANFREDO RIBAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, TALMAI ZANINI JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

V - prover, EMÍLIO MANFREDO RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VI - prover, SILMARA APARECIDA BOSCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VII - exonerar, ÂNGELA MARIA BARSZCZ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VIII - exonerar, a pedido, FABIANO SCHEFFER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IX - exonerar, a pedido, CELSO ANTÔNIO BARSZCZ, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

X - prover, CELSO ANTÔNIO BARSZCZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XI - exonerar, a pedido, LAURO FRAGONA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XII - prover, LAURO FRAGONA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XIII - exonerar, a pedido, ANTÔNIO LOROCA NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XIV - prover, ANTÔNIO LAROCA NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XV - exonerar, a pedido, JOSÉ ALCI OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XVI - prover, JOSÉ ALCI OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XVII - prover, THEMIS REJANE PEDRINI ROESLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XVIII - prover, ERNESTINA AMY DE MIRANDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XIX - exonerar, a pedido, RENATO SPERLING JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XX - prover, RENATO SPERLING JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXI - prover, ALDA SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXII - exonerar, a pedido, SALLY REICH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXIII - exonerar, a pedido, LUIZ CLÁUDIO HOLLZMANN DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXIV - prover, LUIZ CLÁUDIO HOLLZMANN DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XXV - exonerar, a pedido, JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunto da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXVI - prover, SALLY REICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXVII - exonerar, a pedido, LUCIANO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXVIII - prover, JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXIX - prover, LUCIANO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXX - exonerar, a pedido, PRISCILA DE FIGUEIREDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXI - exonerar, a pedido, SÔNIA HOLLZMANN, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXII - prover, SÔNIA HOLLZMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXIII - exonerar, a pedido, PAULA CRISTIANE LAROCA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXIV - prover, LETÍCIA TOYOMI YAGUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXV - prover, MICHELLY BARSZCZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXVI - prover, ELIANTE VALDEREZ DE PAULA MORAIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXVII - prover, ALBERTO REICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da 3ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XXXVIII - exonerar, a pedido, JULIANE CAMPOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XXXIX - exonerar, a pedido, MARLENE Mª WANDRESEN VENTURA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XL - prover, JULIANE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XLI - exonerar, a pedido, EDILSON ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XLII - prover, EDILSON ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XLIII - prover, FABIANO SCHEFFER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XLIV - prover, ISALTINA MARQUES GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XLV - prover, THELMO RAPHAEL ROTH-BARTH DECKER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/99

I - exonerar, a pedido, WALLACE COSENDEY DE MENDONÇA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, MÁRCIA LÚCIA FERREIRA DAS NEVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/99

I - exonerar, a pedido, VALDEVINA DE LIMA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, VALDEVINA DE LIMA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, GERALDO DA SILVA CRUZ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, GERALDO DA SILVA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

V - exonerar, a pedido, JUSSARA DO RÓCIO LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VI - prover, DANIEL SUTIL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VII - prover, TEREZINHA FAGUNDES SAMPAIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VIII - exonerar, a pedido, LUIZ CEZAR KALUZNY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IX - prover, JOAQUIM ANTÔNIO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

1GP-4, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/99

I - prover, PAULA KNIEBEL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, LUCIANO KNIEBEL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: CÁSSIA REGINA MATSUNAGA

1GP-5: ELISA APARECIDA KNIEBEL DE OLIVEIRA

1GP-4: DORIVAL NALIN

1GP-4: FERNANDA PRADO MORAES

1GP-3: ELISA GOMES SATYRO

1GP-3: JOÃO RICARDO ZAMARIOLA SANCHES

2GP-2: PAULA CRISTINA DIAS

1GP-1: ROMEU JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA

1GP-1: ANA PAULA DAL POZZO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/99

I - exonerar a pedido, ELOISE CRISTHIANE KALUNY, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, ROSELI BERTOLLO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/99

exonerar, a pedido, IRACI LAVORENTI MASSIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/99

I - exonerar, a pedido, JOSÉ ANTÔNIO MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, RAFAEL BRUNO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/99

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIA ANDRÉIA DE AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, MARCO PAULO GASTALDI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, MARCO PAULO GASTALDI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - exonerar, a pedido, CLAUDIANO CHRISOSTO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

V - prover, CLAUDIANO CHRISOSTO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VI - prover, CINTHIA ZACHARIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VII - prover, LUCIANO LUIZ JANUÁRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/99

exonerar, a pedido, WANDERLEI APARECIDO PEDRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/99

I - exonerar, a pedido, GERSON TORQUATO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, ODETE SAMPAIO ESTOCK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do

Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 700/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/99

I - prover, ELIZABETHI RODRIGUES BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviço extraordinário, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, JOSÉ PINTO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Tony Garcia, a partir de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: ROBERTO ÂNGELO DE SIQUEIRA

1GP-5: PAULO ÂNGELO SILVEIRA

1GP-4: OMERI GOMES FERREIRA

1GP-4: MANOEL GOMES DA SILVA

1GP-3: IRACI LAVORENTI MASSIAS

1GP-3: JULIANO BATISTA FERREIRA

1GP-2: GERSON LEPREVOST

1GP-2: DANIELE PEDROSO SILVA

1GP-1: JOSÉ LOURENÇO FILHO

1GP-1: APARÍCIO MATIAS BOAVENTURA

1GP-1: LOURIVAL LOURENÇO FILHO

1GP-1: ERNESTO ROSSATO

(Prot. nº 814/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/99

I - exonerar, a pedido, JOELSON JUK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, GIOVANI ALBERTO SINTIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 823/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/99

exonerar, a pedido, GIOVANI ALBERTO SANTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 824/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/99

I - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS NADOLNY JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 1999;

II - prover, LUIZ CARLOS NADOLNY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 841/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/99

prover, GUILHERME DE SALLES GONÇALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 916/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/99

I - exonerar, a pedido, MAURI CHAVES DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, ANDERSON DE OLIVEIRA BELO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, MAURI CHAVES DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

V - exonerar, a pedido, PAULO HENRIQUE MANOEL MACHADO, do cargo em Comissão,

símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VI - prover, LUIZ FERNANDO ESTECHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - exonerar, a pedido, RAQUEL TORQUATO PADILHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VIII - prover, SIMONE CIUNEK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nºs 951, 963 e 997/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/99

I - exonerar, a pedido LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, RAQUEL SIZANOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - exonerar, a pedido VIVIANI FÁTIMA BORTOLON, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, VIVIANI FÁTIMA BORTOLON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999; e

V - prover, ROSANE SIZANOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 961 e 962/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/99

I - exonerar, a pedido, MAURI CHAVES DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, ESTANISLAU BORECKI NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5,

do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, JOSEF JACHINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 976/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/99

I - exonerar, a pedido, JOÃO PAULO ADAMI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, RENATO MENEGAZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1030/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/99

I - prover, ANTONIO ANGELO SANFELICE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, JORGE GONÇALVES MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de Fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários a baixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: FERNANDA PALMEZANI DA VEIGA

1GP-5: CARLOS ALBERTO RUIZ GUIMARÃES

1GP-5: ABIMAEEL GARCIA

1GP-4: JOVELINO DONIZETE DE GODOI

1GP-4: JOÃO ERALDO DA SILVA FREITAS

1GP-3: NEIDE FERREIRA LOPES
 1GP-3: JOÃO NIVALDO MENDES DE BAS-
 TOS
 1GP-2: UMBERTO LUIZ SANFELICE
 1GP-2: ELIEGE VALERIO DE TOLEDO
 1GP-1: NELSON GOMES FILHO
 1GP-1: AYRTON LOPES DA SILVA
 1GP-1: VANIR PIRES DE FREITAS
 1GP-1: SIDNEI JOSÉ TOALDO
 (Prot. nº 1037/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/99

I - exonerar, a pedido, ALVARO LUIZ CEN-
 TOFANTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2,
 do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir
 de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, JOSÉ CARLOS MATRICARDI,
 para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2,
 do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir
 de 1º de fevereiro de 1999;

III - exonerar, DEBORA CRISTINA
 GONÇALVES MOCHON, do cargo em Comissão,
 símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Miltinho
 Puppio, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, ALVARO LUIZ CENTOFANTI,
 para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3,
 do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir
 de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1042/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/99

I - exonerar, a pedido, MARIA DE ALBU-
 QUERQUE STRASSAGAPA, do cargo em Comis-
 são, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do
 PT, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, PAULO FERNANDO OTONI DA
 FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, sím-
 bolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PT, a
 partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1047/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/99

prover, SILVANA OLIVEIRA, para exercer o
 cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da
 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1999,
 ficando a mesma autorizada a prestar serviços em
 Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva,
 na base de cem por cento (100%) sobre seu venci-
 mento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº
 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1048)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/99

I - prover, JOAQUIM FERNANDES DA
 COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo
 DAS-2, do Gabinete do Deputado Braz Palma, a
 partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo
 autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo
 Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por
 cento (100%) sobre seu vencimento básico, de
 acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de
 novembro de 1970;

II - prover, OSORIO VALTER
 PIETRANGELO, para exercer o cargo em
 Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Dep-
 utado Braz Palma, a partir de 1º de fevereiro de
 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar
 serviços em Regime de Tempo Integral e Dedi-
 cação Exclusiva, na base de cem por cento
 (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo
 com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novem-
 bro de 1970.

III - prover, os funcionários abaixo relaciona-
 dos para exercerem cargos em Comissão, junto ao
 gabinete do Deputado Braz Palma, a partir de 1º de
 fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - ERCILIO ROCHA DA SILVA

1GP-5 - ELIAS DE LIMA

1GP-5 - SEILA CORDEIRO TOZATI

1GP-4 - DIVANIR LEMOS TOZATI

1GP-4 - ANTENOR LEMOS DO PRADO

1GP-3 - HEMERSON CARAÇATO

1GP-3 - ROSA MARIA ESTEVES DA COSTA

1GP-2 - VALDIR EGÊA

1GP-2 - MARCIA PEINADO EGÊA

1GP-1 - GERALDO PALMA

1GP-1 - ALZIRA MORENO DE MELO

1GP-1 - EDILEUSA ALVES DE SOUZA

1GP-1 - MAURILIO DONIZETE DE JESUS

(Prot. nº 1071)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 085/99

I - exonerar, a pedido, MYRTES DE SOUZA
 UCHÔA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do
 Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º
 de fevereiro de 1999.

II - prover, TATIANE DELEIDE BARROS,
 para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1,
 do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir
 de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1074)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/99

I - exonerar, a pedido, BEATRIZ DE FATIMA
 KROSKA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1,
 do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º
 de fevereiro de 1999.

II - prover, SONIA MARA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1075)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 087/99

I - prover, ROGÉRIO LUIS THOMAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ISMAEL JACOB DAL ZOT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - ODILIO THOMAS
1GP-4 - MOACIR JOSÉ HANSEN
1GP-4 - RICARDO LUIZ L. DE OLIVEIRA
1GP-3 - JOANINA WOUCIK
1GP-3 - JOÃO CARLOS SCHNITZER
1GP-2 - ALAIR APARECIDA MATIAK
1GP-2 - ANTONIO JOÃO ALTÍSSIMO
1GP-1 - LEDA GIOVANA DEMCZUK
1GP-1 - WAGNER J. ARAUJO NOGUEIRA
1GP-1 - JAURY JACOB DE CÉSARO
1GP-1 - CARLOS CÉZAR ZUBEK JUNIOR

(Prot. nº 1098)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 088/99

I - prover, MARCELO RICARDO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, RODOLFO MANTOVANI GERMANOVSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado

Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - MAITÊ PUGLIESI
1GP-5 - SAVÉRIO SIMONI NETO
1GP-5 - VALENTIN JOSÉ CARLOS PAVEZI
1GP-4 - LUIZ CLAUDIO ADÃO HERRERA
1GP-4 - CARLOS CESAR DE PAULA GNATA
1GP-3 - JOSÉ EDUARDO YOKOMIZO
1GP-3 - FRANCISCO X. BORGES RESENDE
1GP-2 - SILVANA ELISABETE MAYER
1GP-2 - LUCINA DA CONCEIÇÃO BRANCO
1GP-1 - IOLANDA ANA PAGOT PERIN
1GP-1 - TIAGO HENRIQUE VALADÃO
1GP-1 - INDIANARA MOREIRA GOMES
1GP-1 - CÉLIA TERESINHA MARICATO

(Prot. nº 1124)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 089/99

prover, LUCIMARA PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1136)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 090/99

I - prover, LUIZ CASAGRANDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, JONIVAL DIAS DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - NEUCIR AUGUSTO BATTISTON
1GP-5 - ARTÊMIO LEOPOLDINO

1GP-5 - ELTON PAULO CASAGRANDE
 1GP-4 - NEUDI FERNANDES
 1GP-4 - MOACIR CASAGRANDE
 1GP-3 - JANAÍNA FALABRETTI FERNANDES
 1GP-3 - OLVIDE FONTANA
 1GP-2 - HILÁRIO PRECHLAK
 1GP-2 - ESMAEL DE CARVALHO
 1GP-1 - JUAREZ DE MATTOS
 1GP-1 - ALINE PIETROBOM
 1GP-1 - ROSANGELA DE F. FERNANDES
 1GP-1 - ZILMAR BONATTI

(Prot. nº 1138)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 091/99

I - exonerar, a pedido, VERA LUCIA NEUMANN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, ILDO NICARETTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, ILAIR DE FATIMA BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, ALESSANDRA PAULA LEINIG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1139)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 092/99

I - prover, NEUSA PEDRICONI CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

II - prover, JOSUÉ TONINI para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5 - JOÃO CARLOS MARQUES MOLEIRO

1GP-5 - MARIA DE F. DA SILVA GUIMARÃES

1GP-4 - ZILDA RUIS RODRIGUES

1GP-4 - JOSUÉ CUNHA NETO

1GP-3 - HEDRYK GERSON DAIJÓ

1GP-3 - PATRIZIA VANZETTI CAMINI

1GP-2 - ROBERTO MARTINS GUIMARÃES

1GP-2 - JOSE R. PEREIRA BENEVIDES

2GP-1 - SONIA MARIA DA SILVA

1GP-1 - PATRICIA SIMÃO DIAS

1GP-1 - JOSÉ AIRTON PUPIO

(Prot. nº 1142)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 093/99

I - prover, EVALDELUCIA MARTINS GUIMARÃES para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, RICARDO DE ALMEIDA para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5 - JAIR FERREIRA DA SILVA

1GP-5 - ORLANDO VIANA XAVIER

2GP-4 - DENILCE INÊS C. GUIMARÃES

2GP-3 - ALICE SOARES DA SILVA

2GP-2 - ARACI SANTOS KNOEPKE

2GP-2 - EDAMIL CELESTE KNOEPKE

2GP-1 - IRENE FERREIRA DA SILVA

(Prot. nº 1143)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 094/99

I - prover, CARLOS ALCIMAR ALVES RIZZARDI para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu

vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, JOSÉ DOS SANTOS para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - M^a APARECIDA ROSENAN MIRANDA

1GP-5 - LUIZ CARLOS MIRANDA

1GP-5 - ALMIR JOSÉ PINTO DE LARA

1GP-4 - CLAUDIA ANDREIA DE AZEVEDO

1GP-4 - SANDRO LUIZ GARRIDO

2GP-3 - LEONEL SIQUEIRA

1GP-2 - ANTONIO MAXIMILIANO MATTI-

OLI

1GP-2 - EDER W. COLONTONIO MATTIOLI

1GP-1 - ANSELMO JACQUES TULIO

1GP-1 - JACKSON CASIMIRO SILVA

1GP-1 - LILIAN DAYSE LUCIO

1GP-1 - ENIVALDO DA ROSA RIBAS

(Prot. nº 1146)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 095/99

I - prover VERA LUCIA MENEZES ALVES para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete da Deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ZILDA MENEZES MONTAN-HANA para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5 - CASSIO AUGUSTO LUZ JUNIOR

1GP-5 - MARIA INÊS TASCA

2GP-4 - ROSÂNGELA C. MARTINS LUZ

1GP-3 - MARILDA RIBEIRO GASPAR LUZ

1GP-3 - JEAN MARCELO MOCHI

1GP-2 - LUIZ VENÂNCIO

1GP-2 - GRACI NEIDE PEREIRA

2GP-1 - JULIO CESAR MOCHI

1GP-1 - LUCI NEIVA MENEGON

1GP-1 - SANTINA SIOLIN FERREIRA

(Prot. nº 1147)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/99

I - exonerar, a pedido, NELMA REGINA CANGUSSU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, FLORISDEO PAULO MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1149)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/99

I - exonerar, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

DAS-5 - PAULO GOMES

1GP-5 - ALESSANDRA CRISTINA

MONOZZO

1GP-4 - DANIELE KALIL

1GP-2 - JOSÉ ANTENOR DISSENHA

1GP-2 - ANTONIO TECHY

1GP-1 - FRANCISCO F. DE ARAUJO

1GP-1 - GISELE FATIMA DA SILVA

1GP-1 - JONES MARIA VIEIRA TULIO

1GP-5 - OSMAR SEBASTIÃO DALLA COSTA

II - prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5 - PAULO GOMES

1GP-4 - ARI LUIS ANTUNES

1GP-2 - NESTOR SARAIVA

1GP-2 - LUCIANE GALLIANO

1GP-1 - THEOTONIO R. DE MOURA JUN-

IOR

1GP-1 - JORGIVAL PINTO DE AGUIAR

1GP-1 - CARMEN SILVEIRA IZIDORO

1GP-5 - JACIANE DALACOSTA

III - prover, ROGÉRIO DUILIO GENARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e

Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, de lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1151)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/99

I - exonerar, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do P.M.D.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

DAS-5 - MARCIRIO MACHADO SOBRINHO

DAS-5 - DOÁTICO A. ALVES DOS SANTOS

DAS-5 - MARIA AMÁLIA MARTINS

1GP-1 - MARIA LIMA DOS SANTOS

1GP-1 - LUZIA SOARES DOS SANTOS
ALVES

1GP-1 - GUILHERME FERRAZ LEWIN

1GP-1 - ELVIRA DRESSENO

II - prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do P.M.D.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-1 - ROBERTO PEREIRA TEIXEIRA

1GP-1 - ALEXANDRA PORTES BIANEK

1GP-1 - EVANDO AUGUSTO BIER

1GP-1 - MARIA LEMES DA SILVA

DAS-5 - ROCILDA CORDEIRO DE
ARRAZÃO

DAS-5 - GASSAN HANDAR

DAS-5 - TANI DO PRADO COLAÇO

III - autorizar, ROCILDA CORDEIRO DE ARRAZÃO, GASSAN HANDAR E TANI DO PRADO COLAÇO, todos ocupantes de cargos em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do P.M.D.B., a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prots. nºs 1152 e 1153)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 099/99

I - exonerar, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do P.M.D.B., a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-2: JURANDIR PEREIRA MARCONDES

1GP-2: DEBORAH C. GOMES M.
MACHADO

1GP-3: MIRIAN REGINA LONGO

1GP-4: ELIZABETH CARLOS SCHLEIDER

1GP-5: GILBERTO F. REY BERGONSE

II - prover, os servidores abaixo relacionados, para exercereem cargos em Comissão, junto ao Gab-

inete da Liderança do P.M.D.B, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-2: SANDRA REGINA BERNARDELLI

1GP-2: FABIANO FERREIRA

1GP-3: MARIA LIMA DOS SANTOS

1GP-4: DEBORAH C. GOMES M.
MACHADO

1GP-5: ANTONIO CARLOS FRANCISCONI.

(Prots. nºs 1154, 1155, 1156 e 1157)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/99

Prover, EDGAR MEIRA DE VASCONCELOS FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços eem Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, com base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1158)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/99

I - prover, EVANILDE GUERRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, MARIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: JOSÉ MACHADO SÂNDANO

1GP-5: MARIUZA BUENO SANCHES

1GP-5: VITALINA GONÇALVES FERREIRA

1GP-4: LURDES PORPETA PINTO

1GP-4: GISLENE APARECIDA B. FERREIRA

1GP-3: HERÁCLITO MACHADO SÂNDANO

1GP-3: SILVIA CRISTINA CHICONATO

1GP-2: CASSILDA SONOSKI DE AZEVEDO

1GP-2: SANDRA MARIA FRANÇA

2GP-1: MARIA JOSÉ TEIXEIRA

1GP-1: JOSÉ MAURILIO BORDIN

1GP-1: JACQUES LUIZ DE ALMEIDA PRADO.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 102/99

I - prover, APARECIDA MENDES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ELIZABETE TEIXEIRA DA SILVA para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: ROSILMA NUNES DE ARAÚJO
1GP-3: MARCELO SENOSKI DE AZEVEDO
1GP-3: PEDRO PAULO DE SEUS FRANÇA
2GP-2: EDÉZIO TEIXEIRA DA SILVA
1GP-1: IDALINA MENDES DA CRUZ
1GP-1: JULIO CESAR MENDES DA PENHA
1GP-1: GERSON FONSECA

(Prot. nº 1204/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 103/99

I - prover, VALDEMIR MANOEL SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, RENATO TEIXEIRA LEMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete do Deputado Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Praczyk, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: CLICÉIA A. MELTIOR NADOLNY
1GP-5: FRANCISCO RODRIGUES NETO
1GP-4: ANTONIO ALVES BATISTA
1GP-4: EDVALDO JUVINO JORGE
1GP-3: JOÃO BEZERRA DA SILVA
1GP-3: PAULO CEZAR DO N. CARNEIRO
1GP-2: ONÉSIO CUSTÓDIO JORGE
1GP-2: ELIZABETH A. FERREIRA DA SILVA
1GP-1: ADRIANO GUEDES DOS SANTOS
1GP-1: ANILSON JOSÉ DE OLIVEIRA
1GP-1: ANDREA R. FERREIRA DA SILVA
1GP-1: MARCOS VARGAS FONSECA

(Prot. nº 1205/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/99

I - exonerar, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

DAS-2: AMAURI ESCUDERO MARTINS
DAS-5: ELSON DE JESUS MARQUES
1GP-5: CLEITON GOEDERT
2GP-5: RODRIGO POLETO
1GP-2: OSCAR LAUTHART
1GP-3: PAULO PIEDARZEWICZ
1GP-2: AMÉLIO DOS REIS
1GP-1: JUVÊNCIO MAZZAROLO
1GP-1: GERALDO ANTONO COLOMBELLI
1GP-1: VALCIR MARTINS DOS SANTOS

II - prover, os servidores abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sergio Spada, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: CLEITON GOEDERT
1GP-5: CLEBERSON GOEDERT
1GP-2: OSLI DE SOUZA MACHADO
2GP-3: OSCAR LAUTHART
1GP-2: IVO NUNES DE AVELAR
2GP-1: AGNES LUCIA LAUTHART
1GP-1: AFONSO ILDO DIETRICH

III - prover, FRANCIELE POLETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, ISABEL CRISTINA APARECIDA DA SILVA do cargo em Comissão,

símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de fevereiro de 1999; e,

V - prover, ISABEL CRISTINA APARECIDA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1263/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/99

I - prover, RODRIGO POLETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, PAULO PIEKARZEWICZ para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: NILDA TEIXEIRA MICHAEL
1GP-4: NATALINA SPADA
1GP-3: AMÉLIO DOS REIS
1GP-2: LAURO DIAS VILELA
1GP-1: SÉRGIO VICENTE ZANONI
1GP-1: GERALDO ANTONIO COLOMBELLI
(Prot. nº 1264)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/99

exonerar, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

DAS-5: NILDA TEREZINHA MICHAEL
1GP-1: SERGIO VICENTE ZANONI
1GP-1: NATALINA SPADA
1GP-2: VICENTE DE PAULA PALHARES
1GP-3: OSLI DE SOUZA MACHADO

1GP-4: LAURO DIAS VILELA

1GP-5: TEREZINHA MARISA SPADA

(Prot. nº 1265/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 107/99

I - exonerar, a pedido, ALAIZ DAS GRAÇAS MAINARDES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - prover, DURVAL COLONTONIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

2GP-5: LANA LÚCIA NERI DE A. CHAB
1GP-5: ADMIR ALVES DE MAIA
1GP-4: CRISTIANE CZEK
1GP-3: ILCE DE F. B. DE ALMEIDA COSTA
1GP-2: DESIRÉE BORGEUD DE SOUZA
1GP-1: VALDIR JOSÉ ALVES DA CRUZ
1GP-1: ARI SOARES DOS SANTOS
1GP-2: ANI DE FÁTIMA MAINARDES

IV - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: LANA LÚCIA NERI DE A. CHAB
1GP-5: MIRLENE ALVES COLETO
1GP-5: ROBSON COLETO COSTA
1GP-4: GRASIELA ALESSANDRA CHAMP-

INI

1GP-3: ZILE COLONTONIO CRISTOFOLI
1GP-2: MARLOS ADRIANO COLETO COSTA

1GP-1: VALDETE BENEDITO SILVA
1GP-1: GLACI DO R. BATISTA LINDBECK
1GP-2: IRACEMA COLETO COLONTONIO
(Prot. nº 1271/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 108/99

I - exonerar, a pedido, VANI RIFFERT SCOLOMOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, M^a MARGARETE RIBAS NALOVAIKE, do cargo em Comissão, sím-

bolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - prover, VANI RIFFERT SCOLOMOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - exonerar, a pedido, DIVAIR ANTÔNIA DE ALMEIDA CARDOSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

V - prover, Mª ISABEL DE ASSIS MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VI - exonerar, a pedido, SANDRA APARECIDA CORREIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VII - prover, ALEANDRO CÉSAR DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VIII - prover, MANOEL DOMINGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prot. nº 1278/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 109/99

I - prover, JOSÉ TEODOMIRO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, VITOR MULLER BERNARDI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, OSMAR RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, LEANDRO APARECIDO MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1280/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/99

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-1: ROSA Mª CAMARGO MORELLO

2GP-2: MARIA BARBOSA MOREIRA

1GP-1: CÍDIO GUIMARÃES SEVERINO

1GP-5: CARLA VERIDIANA DA SILVA

NOLL

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: MARIA BARBOSA MOREIRA

1GP-2: CARLA VERIDIANA DA SILVA

NOLL

1GP-2: KARINA OLIVEIRA BONO

2GP-1: MARIZETE J. SCHWAB LUCIANO

(Prot. nº 1284/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 111/99

I - exonerar, a pedido, ELIZABETE RODRIGUES SIMÕES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

II - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS PASIAN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IV - prover, LUIZ CARLOS DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, TEREZA FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, MICHELI BORGES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VII - prover, ROSE MARI COLETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

VIII - prover, OTAVIANO RODRIGUES DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

IX - prover, DECIMIRA FERREIRA MENEZES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

X - prover, JOÃO CARRILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XI - prover, ELIZABETE RODRIGUES SIMÕES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XII - prover, MICHELINE MAGALY BATISTTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999;

XIII - prover, LOURACI DE MOURA LUTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

(Prots. nº 1285 e 1312/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 112/99

I - prover, MARCOS BETAZZI MEDINA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2 do Gabinete do Deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao

gabinete do Deputado Hermes da Fonseca, a partir de 1º de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: LUCILIA FELICIDADE DIAS

1GP-5: GILDO PETRUS FILHO

1GP-5: VALÉRIA COLOMBO

1GP-4: AIRTO PASQUAL COLOMBO

1GP-4: LEONOR A. C. MARTINELLI
MEDINA

1GP-3: ANGELO TARANTINI FILHO

1GP-3: CÍCERO FORTUNATO

1GP-2: MARA SILVIA ZANON DELAMUTA

1GP-1: ALAN VON HOLLEBEN

1GP-1: ROSITA YOSI MATSUKURA

(Prot. nº 1286/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.02.99.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 113/99

I - prover, PEDRO PAULO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ODILMAR DE MOURA LUTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, os funcionários abaixo relacionados para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de fevereiro de 1999, conforme especifica:

1GP-5: CELIA REGINA SCHMIDT

1GP-5: ZENILVA T. SCHMIDT CORREA

1GP-5: HELIO ANTONIO RIBEIRO

1GP-4: AIRTON CORREA

1GP-4: CEZAR SOUZA CORREA

1GP-3: ERONI APARECIDO RIBEIRO

1GP-3: JARI DE JESUS CORREA

1GP-2: NAIR CRISOSTOMO DE OLIVEIRA

1GP-2: SILVIO ADRIANO B. DE OLIVEIRA

1GP-1: MAURY SERGIO PEREIRA

1GP-1: NAIME DIAS DA ROSA

1GP-1: MARSANIA ZAP BARRETO

AGP-1: GLADYS Mª S. ALEGRE PETRA-
MALI

(Prot. nº 1313/99)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/99

(Prot. nº 3710/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.05.99.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final para a Proposição nº 14/98 e para os Projetos de Lei nºs 181/99 e 188/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antônio Baratter apresentou Redação Final para os Projetos de Lei nºs 21/99, 46/99, 47/99 e 49/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

I - prover, MAURICIO LARA PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, ADDY FORTES LUTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, OSMAR FERREIRA JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MARILVA DE CASSIA CORREA RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1999, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 1314/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.02.99.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :**PORTARIA Nº 27/99**

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, JACQUES FERREIRA NETO, de noventa (90) dias, a partir de 12 de abril de 1999. (G.56.0)